



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
2011

**TERESA ALEXANDRA RODRIGUES OLAIO A REDE DO ENSINO PRIMÁRIO EM ÁGUEDA
DURANTE O ESTADO NOVO**



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
2011

**TERESA ALEXANDRA
RODRIGUES OLAIO A REDE DO ENSINO PRIMÁRIO EM ÁGUEDA
DURANTE O ESTADO NOVO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Formação Pessoal e Social, realizada sob orientação científica do Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho a todos os Professores que em condições difíceis ensinaram a população de Águeda a ler, escrever e contar.

O júri

Presidente

Prof. Doutor Carlos Meireles Coelho
Professor Associado do Departamento de Educação, Universidade de Aveiro

Arguente

Prof.^a Doutora Alda Maria Martins Mourão
Professora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria

Orientador

Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues
Professor Auxiliar do Departamento de Educação, Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Para a realização desta dissertação pude contar com a colaboração de diversas pessoas e instituições. A todos quero expressar a minha mais profunda gratidão.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues que, com as suas críticas e sugestões, não me deixou desistir. Agradeço ainda a confiança que depositou em mim e, toda a sua disponibilidade e compreensão.

Quero igualmente expressar o meu reconhecimento a professores e colegas com quem pude trocar impressões, ouvir críticas e sugestões.

Não poderia deixar de referir algumas instituições onde encontrei profissionais de grande qualidade que tornaram mais simples as tarefas de reunião de dados para a realização desta dissertação de mestrado: Arquivo do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estatística, Arquivo e Biblioteca municipais de Águeda.

Quero expressar igualmente a minha gratidão ao diretor do Agrupamento de Escolas de Valongo do Vouga, Prof. António Portela, e a todas as minhas colegas de trabalho. Permita-se-me que destaque a Cristina Ramos, a Cristina Carvalho e a Margarida Osório.

À minha mãe, pela sua determinação para que eu pudesse prosseguir estudos.

À minha filha pela sua infinita paciência. Aos meus amigos que assistiram de perto à forma empenhada com que vivi esta aventura dura mas gratificante, e que sempre me apoiaram.

Palavras-chave

Ensino Primário, Estado Novo, Concelho de Águeda

Resumo

Dado não existirem estudos sobre o ensino primário em Águeda, durante o Estado Novo, este trabalho constitui um contributo para a história deste subsistema de ensino em Portugal, durante o período em apreço. E, uma vez que os subsistemas de ensino são coerentes entre si, este estudo será igualmente útil para a compreensão histórica do ensino secundário – liceal e técnico – no concelho de Águeda. A leitura dos documentos compulsados dá razão aos autores que, nos últimos anos, têm notado a falta de estudos de História da Educação de incidência local, de modo a percebermos melhor a diversidade do conjunto e as especificidades locais.

No início dos anos 30, a rede escolar em Águeda era débil. Todavia, a partir dos anos 40, o concelho de Águeda acompanhou, efetivamente, a tendência que se verificava no resto do país: o Plano dos Centenários favoreceu a construção de uma boa rede escolar. Podemos mesmo afirmar que Águeda terá sido um dos poucos concelhos que viu construir, nos anos 50 e 60, quase todos os edifícios escolares previstos naquele Plano, apesar de pouco apetrechados em recursos humanos e materiais, mesmo sabendo que a expansão da rede educativa servia o duplo objetivo de alfabetizar (o mínimo) e de tornar as escolas o meio privilegiado de formação ideológica.

Assim, em resposta à nossa pergunta investigativa, concluímos globalmente que, durante o Estado Novo, Águeda não constituiu uma exceção à regra imposta pelas políticas educativas do poder político central, nesta matéria.

Keywords

primary education, the municipality of Águeda, New State

Abstract

As there are no studies about primary school levels in Águeda, during the "Estado Novo" period, this particular work was planned to be a contribute for the history of this educational subsystem in Portugal, along the previously mentioned period. As the educational subsystems are coherent amongst each other, this study will be also useful to historically understand high school education- both high school and professional instruction- in the district of Águeda. The reading of the documents, which have been analyzed, provides evidence that there is a clear lack of local studies as far as History of Education is concerned and as a result it is harder to comprehend the diversity of the whole as well as its local specificities.

In the beginning of the thirties, the school net in Águeda was considered frail. However, from the forties onward, the district of Águeda efficiently followed the tendency of the rest of the country: The Centenary's Plan favored the construction of a good school net. We can clearly state that Águeda was one of the few districts that witnessed the construction in the fifties and the sixties of all the school buildings envisaged in the Plan, although the buildings were poorly equipped as far as human and material resources were concerned. We also should bear in mind that the expansion of the net was meant to serve a double objective: on the one hand, alphabetization (at least at a very basic level) and on the other hand, turning schools in a privileged means of ideological schooling. Therefore, and in search of an answer to the core of our research, we can globally conclude that during the "Estado Novo" period, Águeda represented no exception to the rule imposed by the educative policies of the central government in this matter.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1. O ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO NOVO.....	21
1.1. O ENSINO PRIMÁRIO NA I REPÚBLICA – UMA ESCOLA DE CIDADANIA ADIADA	21
1.2. O ENSINO PRIMÁRIO DURANTE O ESTADO NOVO – UMA VISÃO GLOBAL	26
1.2.1. Cronologia da política educativa do Estado Novo	28
1.2.2. Obrigatoriedade escolar.....	33
1.2.3. O fim das escolas móveis e o fim da coeducação	36
1.2.5. Livro único e controlo ideológico	37
1.2.6. Diverso entendimento do analfabetismo	38
1.2.7. Os professores do ensino primário.....	39
CAPÍTULO 2. O CONCELHO DE ÁGUEDA NO ESTADO NOVO	42
2.1. CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE ÁGUEDA	42
2.2. AS FREGUESIAS	43
2.3. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO NACIONAL E DO CONCELHO DE ÁGUEDA	47
CAPÍTULO 3. A REDE DO ENSINO PRIMÁRIO EM ÁGUEDA	50
3.1. A DÉBIL REDE ESCOLAR EM ÁGUEDA	50
3.1.1. Os postos escolares	55
3.1.2. Os exames no ensino primário	60
3.2. O ALARGAMENTO DA REDE ESCOLAR EM ÁGUEDA	64
3.2.1. Aumento do número de estabelecimentos de ensino primário	65
3.2.2. O Plano dos Centenários no concelho de Águeda	67
CONCLUSÃO.....	79
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	83
1. FONTES MANUSCRITAS	83
1.1. Arquivo do Ministério da Educação.....	83
1.2. Arquivo da junta de freguesia de Valongo do Vouga	83
2. FONTES IMPRESSAS.....	83
2.1. Imprensa de Águeda	83
2.2. Instituto Nacional de Estatística	83
3. BIBLIOGRAFIA GERAL.....	84
ANEXOS	87

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 1.** Valores ideológicos do Estado Novo
- Quadro 2.** Distâncias da sede do concelho às freguesias
- Quadro 3.** Crescimento populacional, 1930-1970
- Quadro 4.** População residente no concelho de Águeda, 1950-1981
- Quadro 5.** Grau de instrução em 1940
- Quadro 6.** Taxas de analfabetismo no distrito de Aveiro, 1911-1940
- Quadro 7.** População letrada, 1930/1940- Aveiro e Águeda
- Quadro 8.** População letrada em Águeda, 1940
- Quadro 9.** População de Águeda com instrução Primária em 1950
- Quadro 10.** Progressão de alunos matriculados, 1930-1969
- Quadro 11.** Postos escolares, 1930-1970
- Quadro 12.** Regentes escolares, 1930-1970
- Quadro 13.** Alunos que foram a exame em 1934
- Quadro 14.** Alunos que realizaram exame do 2.º grau em 1934
- Quadro 15.** Evolução dos estabelecimentos de ensino, 1930-1970
- Quadro 16.** Construção/reparação de edifícios escolares no concelho de Águeda, 1930-1970
- Quadro 17.** Mapa definitivo de construções escolares do Plano dos centenários, 1943
- Quadro 18.** Mapa definitivo de construções escolares do Plano dos centenários em 1943, Águeda
- Quadro 19.** Número de edifícios e de salas nas freguesias do concelho de Águeda
- Quadro 20.** Dimensionamento das salas de aula dos edifícios escolares
- Quadro 21.** Custos previstos com o Plano dos Centenários
- Quadro 22.** Resumo geral do número de edifícios e de salas
- Quadro 23.** Resumo geral do número de edifícios e de salas em Águeda
- Quadro 24.** Resumo geral do número de edifícios e de salas por freguesias
- Quadro 25.** Ajustamento no número de edifícios e de salas no Plano dos Centenários- aprovado pelo Decreto- Lei n.º 43.674

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Número de escolas primárias, 1901-1930
- Gráfico 2.** Progressão do número de matrículas, 1911-1953
- Gráfico 3.** Número de escolas primárias, 1911-1953
- Gráfico 4.** Taxas de analfabetismo da população maior de 7 anos, 1930-1934
- Gráfico 5.** Alunos que realizaram exame de instrução primária, 1930-1934
- Gráfico 6.** Edifícios previstos e executados por distritos, 1959
- Gráfico 7.** Salas previstas e executadas por distritos, 1959

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Entronização dos crucifixos nas salas de Recardães
2. Mapa do concelho de Águeda
3. Mapa das freguesias do concelho de Águeda
4. Posto de ensino
5. Posto de escolar
6. Regentes Escolares
7. Nova professora do magistério Primário

INTRODUÇÃO

Focalizados sobretudo no sistema da Nação, temos trabalhado bem menos quer no nível local e regional, quer na comparação com as realidades extramuros (Jorge Ramos do Ó, 2007: 55).

Não havendo estudos sobre o ensino primário na época do Estado Novo, no concelho de Águeda, a grande ambição desta investigação foi dar um primeiro contributo para o conhecimento histórico deste subsistema neste município, pois, como salientam diversos autores, a história da educação necessita de analisar as realidades locais e regionais em busca de um regime de verdade caleidoscópico, variado, que não se fique apenas pela análise dos discursos dos textos dos pedagogos, dos responsáveis políticos, ou dos normativos legais, embora, no período estudado, dada a sua extrema centralização, estes últimos tenham tido um papel determinante na redução da variedade local e regional.

O que suscitou a nossa curiosidade foi o facto de uma percentagem relevante da atual rede de escolas do 1.º ciclo do ensino básico em Portugal ter sido constituída por edifícios escolares construídos durante o período de tempo em que vigorou em Portugal o regime do Estado Novo (ME, 1995). Quisemos, pois, verificar se esta expansão também se refletiu no nosso concelho e de que modo, como quisemos saber se existiam assimetrias regionais face às políticas educativas do poder político central. Por outras palavras, quisemos saber se as políticas educativas do Estado Novo favoreceram a construção da rede de edifícios escolares do concelho de Águeda.

De modo a adquirirmos uma visão mais global, permitindo-nos uma visão comparativa, recuámos até à implantação da República. Assim, como sabemos, para o republicanismo, nas suas diversas manifestações culturais, a diminuição do analfabetismo e, portanto, a instrução e educação do povo era condição essencial para a regeneração moral e económica do país. É, então, necessário investir em recursos materiais (mais escolas primárias, melhores condições de trabalho) e em recursos humanos (mais professores com melhor preparação pedagógica e científica e bem remunerados). O ensino primário é considerado, neste sentido a base da pirâmide da instrução que levaria a um povo mais culto e mais próximo do resto da Europa.

Todavia, as dificuldades económicas, a instabilidade política e as vicissitudes do regime foram mais poderosas que todas as declarações de intenções e todas as medidas decretadas que, como sabemos, na sua maioria não tiveram condições para sair do papel. Efetivamente, o balanço da I República em relação à instrução primária ficou aquém do expectável, como salientam diversos autores, independentemente das considerações sobre os resultados. Antó-

nio José Telo (2010: 214) é categórico a este respeito: “a República não conseguiu transformar o país de analfabetos que herdou num país de alfabetizados”.

Com a implantação do Estado Novo, as políticas educativas têm outra filosofia e outros resultados. A sua longa extensão temporal obrigam-nos a entender esta época em vários períodos, descobrindo-se, todavia, ideias precisas constantes quanto aos objetivos da escola primária, indo desde as medidas redutoras à valorização e à expansão da escolaridade (Nóvoa, 1999).

Assim, começámos por efetuar a revisão da literatura, incidente ou relacionada com a temática em estudo, passando, depois, a uma análise das políticas de construções escolares em Portugal, tendo em vista sempre o concelho de Águeda em estudo. Neste sentido, pesquisámos legislação produzida sobre a rede escolar e a construção de edifícios escolares do Plano dos Centenários, bem como toda a informação estatística disponível sobre a rede escolar, população, quer a nível nacional, distrital e concelhio.

Depois de analisados exaustivamente vários *dossiers* do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em Lisboa, sobre a rede escolar no concelho de Águeda, conseguimos apresentar uma compilação de escolas existentes, das construídas e/ou reparadas durante todo o Estado Novo. Outras fontes decisivas do nosso estudo foram dois jornais de Águeda, a saber, a *Sobrerania do Povo* e a *Independência de Águeda*.

Ainda que as conclusões desta dissertação não contradigam os estudos existentes sobre o Ensino Primário a nível nacional durante o período estudado, o nosso principal contributo resulta do levantamento e estudo de documentos inéditos. Desse modo, pensamos poder afirmar que esta dissertação constitui um importante contributo para o conhecimento do fenómeno da escolarização durante o Estado Novo, na vila de Águeda, permitindo uma visão integradora do(s) ensino(s) em Portugal (Fernandes, 1999), como permite discutir o nível de integração de Águeda na política educativa do Estado Novo.

Atendendo ao tempo e ao volume de documentação a tratar, faltou-nos ver toda a informação disponível no Arquivo Municipal de Águeda, que nos permitiria avaliar, ao longo de todo o período estudado, a forma como a direção do Município executava as medidas determinadas pelo poder central. Num trabalho de natureza diferente, teríamos procedido a um inventário de todos os professores em actividade neste período, levando mais longe o nosso estudo. Estes e outros aspetos, nomeadamente os que se relacionam com a história dos alunos, permitem-nos afirmar que estamos conscientes dos limites deste estudo, mas dificilmente poderia ser de outra forma. Fica o desafio para outros poderem dar continuidade ao trabalho que agora apresentamos sob a forma de dissertação de mestrado.

CAPÍTULO 1. O ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO NOVO

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procuraremos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutamos Deus e a virtude; não discutamos a Pátria e a sua História; não discutamos autoridade e o seu prestígio; não discutamos a família e a sua moral; não discutamos a glória do trabalho e o seu dever. Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada (Salazar. Discurso proferido em Braga, da varanda do quartel infantaria n.º 8).

Para a compreensão das disposições legais do Estado Novo no domínio do ensino primário, como para a compreensão da cronologia das políticas educativas neste subsistema de ensino, durante a ditadura, especialmente nas duas primeiras décadas, importa perceber o que se passou durante a I República. Na verdade, o Estado Novo constrói o seu modelo de ensino, numa primeira fase, claramente contra o modelo republicano, tanto no que tinha de democrático, laico e descentralizado, como no que respeita à formação dos seus professores.

Como sabemos, a historiografia das últimas décadas mostra de uma forma surpreendente que a importância do Republicanismo no domínio do ensino das primeiras letras foi muito mais retórico e ideológico do que concreto. Isto é, poucos projetos saíram do papel. É certo que nesses curtos dezasseis anos tudo aconteceu. Uma instabilidade política e social que não permitiria lançar qualquer projeto de forma duradoura: 7 eleições legislativas, 8 eleições presidenciais, 45 governos, um presidente da República assassinado, duas guerras civis, a terrível participação de Portugal na I Guerra Mundial, para lá dos efeitos políticos e económicos desta, uma epidemia que dizimou dezenas de milhares de pessoas.

1.1. O ENSINO PRIMÁRIO NA I REPÚBLICA – UMA ESCOLA DE CIDADANIA ADIADA

De acordo com Rómulo de Carvalho (1995: 651), “a República, proclamada em 5 de Outubro de 1910, trazia, na sua bagagem revolucionista, o decidido projeto de reformar a mentalidade portuguesa propondo-se executá-lo por diversas vias e, em situação de realce, pela via da instrução e da educação”. Para a ideologia republicana, que recebera grande parte dos seus princípios educacionais do liberalismo vintista, a instrução do povo era *condição sine qua non* para o país poder progredir, pois, como salienta Cândida Proença (2009: 169), “só a instrução poderia contribuir para formar os novos cidadãos, capazes de analisar os males do país e responder à crise vigente pela aceitação dos novos ideais”. Por outro lado, os republica-

nos viam na instrução a base para a democracia, a moralidade pública e a prosperidade económica, devendo por isso ser promovida e assegurada a todos os cidadãos.

Na verdade, os textos dos censos que atravessam a República, como salientam António Candeias et al (2007: 119), mostram como o republicanismo dá continuidade ao discurso decadentista de Oitocentos, que considerava urgente a “regeneração” de Portugal. Como se sabe, este tema, que vinha do século XIX, foi glosado pela Geração de 70, grupo a que uma boa parte dos republicanos pertencia¹. Atentemos neste excerto do Censo de 1911: “Sob o ponto de vista da instrução o nosso país, posto que tenha melhorado sucessivamente desde 1890 até 1911, encontra-se ainda em condições de *grande inferioridade em relação a outros países da Europa*” (*itálicos nossos*). Efetivamente, a taxa de escolarização entre 1890 e 1910, regista, não uma melhoria, mas um decréscimo, pois passa de 22% para 19%, ainda que a percentagem de alfabetizados tenha crescido 24%, em 1890, para 31% (Candeias, 2007: 105 e 120).

Segundo o Censo de 1900, o número total de indivíduos alfabetizados, com 10 ou mais anos de idade, era de 1 110 208, isto é, cerca de 27% de uma população de 4 175 972 daquela faixa etária (Candeias, 2007: 112). A população alfabetizada feminina era de apenas 18% (403 989), enquanto a masculina se situava nos 36% (706 219). Em 1911, um ano após a instauração da República, o Censo aponta para uma redução pouco significativa, isto é, continuámos com uma taxa de analfabetismo de cerca de 69%. Ainda que não existissem outros instrumentos de medida, era nestas estatísticas e numa leitura impressionista que muitos republicanos se apoiavam.

Assim, podemos afirmar que, para o republicanismo, a instrução do povo era o fundamento da elevação moral e espiritual de Portugal, a condição necessária para a sua “regeneração”. Desse modo, como afirma Rómulo de Carvalho (1985: 656), “toda a atenção dos dirigentes concentrou-se na resolução dos problemas já tradicionais do nosso ensino: o analfabetismo, o insuficiente número de escolas primárias, a deficiente preparação pedagógica e científica dos professores desse grau de ensino e a sua mísera situação económica”. Claro que tais propósitos não poderiam ser alcançados somente pela instrução primária, contudo, era essa a base fundamental para o projeto nacional e social republicano, pois, como diz Maria Filomena Mónica (1980: 527), “o programa republicano incluía toda uma reforma da instrução que insistia sobremaneira no ensino primário”, embora, como veremos adiante, esta posição não seja hoje unânime.

¹ Sobre este tema, entre outros, veja-se Sérgio Campos Matos, “Decadência”, *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa: Editorial Caminho, 1988, p. 172.

Com o objetivo fundamental de combater o analfabetismo (e o trabalho infantil), o Decreto de 29 de março de 1911², do governo liderado por António José de Almeida, reforma as estruturas do ensino infantil e primário, formulando novas soluções no que diz respeito à arquitetura de escolas, pressionando a construção, remodelação e reparação dos equipamentos educativos, oficializando desta forma o ensino infantil e as escolas móveis. Estabeleceu com cuidado a formação dos novos professores, criando as Escolas Normais de Lisboa, Porto e Coimbra. Descentralizou, ainda, o ensino primário e as competências das Câmaras Municipais nesta matéria, e estabeleceu os requisitos mínimos de higiene e salubridade para os locais de instalações das escolas primárias.

Segundo esta reforma de 1911, o ensino primário dividia-se em três escalões: o elementar, o complementar e o superior. O ensino primário elementar era obrigatório e com a duração de três anos, para crianças dos 7 aos 10 anos; já o ensino primário complementar, tinha a duração de dois anos, para crianças dos 10 aos 12 anos, e o ensino primário superior, durava três anos, e era direcionado para adolescentes dos 12 aos 15 anos. Destes três escalões, como refere toda a bibliografia sobre o tema, só o ensino primário elementar funcionou com regularidade, uma vez que o complementar nunca chegou a ser executado, sendo extinto definitivamente em 1919. No que diz respeito ao ensino primário superior, esse durou apenas seis anos letivos, de 1919-1920 a 1924-1925.

O mesmo decreto – visando combater o analfabetismo – previa que, em agosto de cada ano, as Juntas de Paróquia efetuassem o recenseamento de todas as crianças em idade escolar, nas respetivas freguesias, sendo os pais obrigados a apresentá-los no ato da matrícula. Não obstante, particularmente no interior, muitas zonas continuaram sem escola e sem o recenseamento das suas crianças. Segundo Cândida Proença (1998: 61-62), “apesar de limitada, a escolaridade não foi efetivamente cumprida”. De outra forma, o mesmo diz Maria Filomena Mónica (1980: 504): “para todos aqueles que viviam isolados no campo, ou tinham de labutar duramente pela subsistência diária, a instrução continuava a ser uma quimera distante”. Assim – voltamos a Cândida Proença (1998: 61-62), que já pôde dispor de dados estatísticos precisos – em 1910, de 629.691 crianças recenseadas, apenas se matricularam 271.830, isto é, cerca de 43% das crianças em idade escolar, e dessas só frequentaram regularmente 235.771 (86,7% das matriculadas). Em 1919, diz a referida historiadora, de 1.128.100 crianças recenseadas, matricularam-se 289.605 o que nos dá uma percentagem inferior a 25,6%, com uma frequên-

² Decreto com força de lei de 29 de Março, reorganizando os serviços da instrução primária (*Diário do Governo*, n.º 73, de 30 de Março de 1911).

cia regular de 243.822 (84,1% das matriculas), números que parecem contrariar o empenho dos republicanos na causa educativa.

Antes de nos debruçarmos sobre os resultados das políticas republicanas, atentemos, sumariamente, na evolução da legislação. A reforma do ensino primário de 29 de março de 1911 foi sofrendo alterações, acabando mesmo por ser substituída por outra, com o Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio de 1919. Esta reforma previa a obrigatoriedade escolar de 5 anos e não de 3, como fora estabelecido na Reforma de 1911. O ensino primário elementar e o complementar de 1911 fundiram-se num só, com a denominação de ensino primário geral, de frequência obrigatória, seguindo-se-lhe o ensino primário superior. De acordo com A. H. de Oliveira Marques (1991: 529), “a escolaridade obrigatória – agora chamada de ensino geral – passava para cinco anos (classes 1 a 5), abrangendo todas as crianças dos 7 aos 12 anos”. Ainda segundo este autor, o ensino primário passou a ser da responsabilidade das juntas escolares e os vencimentos dos professores aumentaram ligeiramente. Este ensino era ministrado em regime de coeducação. Como se pode ver, algo estava a ser feito ao nível do ensino e no combate ao analfabetismo, mas a instabilidade política e partidária arrastavam consigo os governos que se sucediam, e a diversa urgência da aplicação das reformas, pondo em causa a viabilidade de algumas e, no conjunto, o combate ao analfabetismo. Importa referir que muitos dos aspetos desta reforma foram inviabilizados pelo contexto político, económico e financeiro do país, entre 1919 e 1924 (Mata & Valério, 1994).

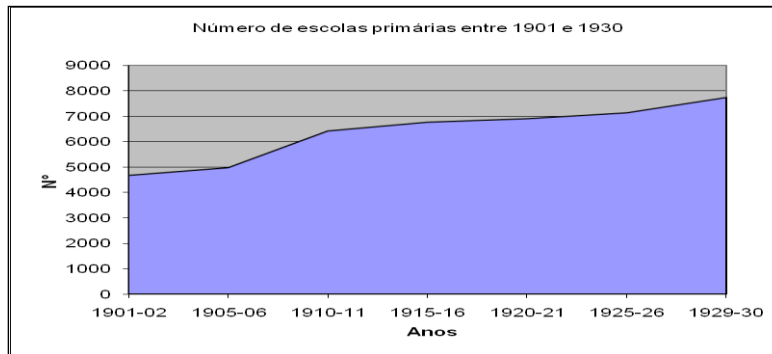
A este título, J. Salvado Sampaio (1975: 27) explana a situação da seguinte forma: “a ser cumprida a legislação escolar deste período, ter-se-ia realizado um esquema de ensino primário harmónico e consequente. Valorizando o ensino infantil, estendendo o ensino primário a cinco anos, seguidos de três, não subestimando o problema da formação de professores e de professores dos professores, procurando combater o analfabetismo, através das escolas móveis, a legislação deste período, apesar da falha de cumprimento imediato e a longo prazo de muitos dos seus preceitos, revela uma posição favorável à expansão do ensino”. E acrescenta o referido historiador: “Não esqueçamos que, em 1919, se tinha decretado um período de obrigatoriedade escolar de cinco anos, que apesar de não cumprido, demonstra o valor dado à difusão da instrução primária”.

De qualquer modo, o balanço do esforço republicano em torno da instrução é modesto. Como podemos constatar pelo Gráfico 1, o número de escolas construídas ao longo da I República ficou aquém do expectável, mesmo considerando a curta duração e as vicissitudes por que passou o regime. A razão mais frequentemente evocada é a da falta de verbas, mercê da instabilidade política referida. E não só não foram construídas as escolas sonhadas, com se foram degradando as existentes, não sendo apetrechadas com os meios pedagógicos necessários a um bom desempenho profissional por parte dos docentes e das aprendizagens exigida aos discentes.

Segundo J. Salvado Sampaio, no ano de 1910, havia 5552 escolas, sendo que 3067 eram escolas oficiais masculinas, 1818 escolas oficiais femininas e 666 escolas oficiais mistas. Já no

ano de 1918, as escolas perfaziam um total de 6473, das quais 2918 eram escolas oficiais masculinas, 2188 femininas e 1367 mistas.

GRÁFICO 1. NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS, 1901-1930



Fonte: A. H. de Oliveira Marques, 1991

Com o fim de colmatar a falta de escolas e de condições pedagógicas, foram criadas em muitas zonas do país, nomeadamente nas zonas interiores as chamadas escolas móveis. No entanto, de acordo com Rui Ramos (1989: 104), “ao criar escolas móveis temporárias em localidades onde não fosse possível estabelecer o ensino primário fixo, pretendeu-se contemplar a zona cinzenta do analfabetismo adulto dos rurais e das zonas periféricas dos grandes centros”.

As escolas móveis são criadas por republicanos durante a Monarquia. Segundo Calvet de Magalhães (2006: 178), «a criação das Escolas Móveis constituiu uma iniciativa de carácter exclusivamente particular e o ponto de partida do movimento pode situa-se em 1881, quando Casimiro Freire [1843-1918], apaixonado pelo desenvolvimento da instrução e defensor acérrimo do método de leitura de João de Deus, publica dois artigos no jornal *O Século*, em 29 e 30 de março de 1881». Acrescenta este historiador que «a Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus realiza a sua primeira missão em 24 de novembro de 1882». O que a I República faz é oficializar essa modalidade itinerante de ensino, em 1911. Em 1925-1926, funcionavam 318 escolas móveis, com um total de 13.759 alunos, sendo destes, 4674, mulheres (Mansos, s. d.).

Para a realização deste capítulo, procedemos à análise da historiografia da I República sobre o tema em apreço, tentando perceber o que os diversos autores, nestas últimas três décadas, dizem sobre:

- O ideário educativo dos republicanos;
- As suas realizações;
- Os aspetos considerados positivos e,
- Os aspetos tidos como claramente negativos.

A mesma grelha de análise foi utilizada para o estudo da historiografia sobre a “Educação Nacional” do Estado Novo, como veremos.

Importa sublinhar que as obras analisadas são bem diferentes entre si, salientando-se, antes de mais, uma quase ausência de estudos sobre as realizações dos muitos governos republicanos no tocante à educação, em resultado da escassez de estudos locais sobre este tema. De facto, ainda sabemos pouco sobre a ação dos republicanos no terreno. Não conhecemos, por exemplo, concelho a concelho, o número de escolas construídas, as posições dos republicanos da “provincia” sobre o tema, a atitude face às diversas escolas existentes. A historiografia sobre a educação neste período histórico ainda se apoia muito na legislação e em textos escritos, não no estudo das realidades locais, como dissemos na introdução.

Concluindo, podemos dizer que, no balanço que os diversos historiadores fazem, há um largo consenso sobre a modéstia dos resultados obtidos. Mesmo assim, há quem vá mais longe. A este propósito, António José Telo (2010: 208) é muito categórico: “A mais ambiciosa obra reformadora da República dá-se no campo da educação, muito em especial, no ensino superior”. Telo apoia-se nos números fornecidos por Nuno Valério: “o ensino primário cresce ligeiramente durante a República, com a passagem de 28 mil finalistas, em 1910, para 31 mil, em 1927 (um aumento modesto de 10%)”. No ensino superior, segundo António José Telo, “a evolução é de 200 licenciados, em 1910, para 700, em 1927”. Se analisarmos este fenómeno do lado do número de estudantes, a situação é idêntica: passou-se dos 1262 estudantes universitários, em 1910, para 4117, em 1926. Portanto, mais do triplo. Números que levam António José Telo a concluir que “a República pode pois gabar-se de ter conseguido uma notável expansão do ensino superior, embora não dos outros graus de ensino” (*ibidem*). As razões desse fenómeno prendem-se com a ideologia positivista e o cientismo do século XIX, comungado pela elite republicana, nomeadamente por Teófilo Braga. Como refere António José Telo, “a origem dos quadros médios e superiores do PRP ajuda a compreender esta opção”. No que toca ao ensino primário, Telo (2010: 214) é categórico: “a República não conseguiu transformar o país de analfabetos que herdou num país de alfabetizados; na realidade, nem sequer o tentou”.

1.2. O ENSINO PRIMÁRIO DURANTE O ESTADO NOVO – UMA VISÃO GLOBAL

Com o golpe militar de 28 de maio de 1926, dá-se início a uma fase nova da vida do país, que, politicamente, já se vinha desenhando desde 1890-1892, com a crise do liberalismo, embora as simpatias pelos autoritarismos, pela ideia de um Estado forte se tenham manifestado fortemente a partir dos primeiros anos da década de 1920. Para os contemporâneos, as movimentações militares de 1926 terão sido recebidas como os golpes anteriores, mas o golpe semeou ilusões de construção de uma república ordeira. Na verdade, como refere Rómulo de Carvalho (1985: 720), “o país sentia-se cansado da instabilidade governamental, das lutas entre os políticos militantes, das disputas parlamentares, dos sobressaltos da vida quotidiana

frequentemente alvoroçada com irregularidades cometidas, e confiou no vigor e nas boas intenções dos revoltosos”.

Atendendo à natureza da ditadura militar e das suas posições ideológicas, o ensino foi, naturalmente, alvo de grandes transformações, como salientam diversos autores: “a passagem duma democracia política para um regime autoritário repercute-se, como não pode deixar de ser, na orientação do ensino primário” (Sampaio, 1976:5). Como refere António Nóvoa (1996: 46), “numa primeira fase, na sequência da instauração do regime saído do 28 de maio de 1926, a questão do analfabetismo passou a ser encarada de um ponto de vista radicalmente diferente do que ocorrera na República, que fizera da alfabetização, um dos principais pilares da sua política educativa”. Em oposição à ideologia republicana “passou-se a enaltecer as virtudes humildes da sociedade agrária e analfabeta, desvalorizando-se as vantagens de ensinar o povo a ler e realçando o carácter elitista do regime que – continuamos a seguir António Nóvoa – considerava a instrução apenas necessária às elites, a quem competia colaborar na resolução dos grandes problemas nacionais”.

Desse modo, ao projeto democrático da I República vai suceder-se a “escola nacionalista”, baseada numa forte doutrinação de carácter moral. Esta escola, “caraterizou-se pela adoção de medidas tendentes a diminuir as exigências escolares (redução dos anos do ensino primário e da escolaridade obrigatória e simplificação dos programas)” (Nóvoa, 1996: 46).

As mudanças iniciam-se em 1927, com o Decreto n.º 13.619, de 17 de maio, mas outros diplomas legais, publicados nos anos seguintes, vão claramente no sentido da desconstrução de todo o edifício legislativo republicano. Diz Rómulo de Carvalho (1985: 729) que a reforma de 1927 modificou o ensino primário, “provocando de imediato uma redução de dois anos [...]”. O ensino infantil não foi alterado, o que não tem relevância porque não existia; o ensino primário geral, agora chamado ‘elementar’, obrigatório como antes, [é] reduzido de um ano, dos 7 aos 11; e o superior, agora designado ‘complementar’, [é] também reduzido de um ano, dos 11 aos 13. Retrocedeu-se, portanto, imediatamente, no processo escolar”. No ano seguinte, o Decreto n.º 16.077, de 26 de outubro, aprova a redução dos programas do ensino elementar e, em 13 de abril de 1929, pelo Decreto n.º 16.730, declara-se que dos quatro anos de ensino obrigatório, só os primeiros três devem fazer parte do ensino elementar, destinando-se o quarto ano a um complemento. Conforme aponta Rómulo de Carvalho (1985: 730), estava assim delineado o caminho para o Decreto n.º 18.140, de 22 de março de 1930, “que divide o ensino elementar em dois graus, dos quais o primeiro é constituído pelas três primeiras classes, a que passa a corresponder um exame final. A aprovação neste exame será o termo do ensino obrigatório, que fica assim amputado de dois anos” (*ibidem*). O ensino complementar é extinto em 1932, pelo Decreto n.º 21.712, de 19 de setembro, com a explicação de que “esta modalidade de ensino que ao tempo não tinha expressão quantitativa” (Sampaio, 1976: 32).

O Estado Novo vai atribuir grande importância à escola porque esta constituía um excelente local de socialização e de transmissão de valores do novo regime. Na verdade, Salazar fez dela o espaço de catequização da trilogia consagrada pelo regime: Deus, Pátria e Família. No

entender de João Medina (2000: 81), a trilogia “traduzida nos seus verdadeiros vocábulos (...) significa Religião, Nação, Família: assim sim, a divisa de Salazar estaria vertida em termos perfeitamente salazaristas”. Também Rómulo de Carvalho (1985: 723) salienta a forte relação entre a biografia do ditador e a sua ideologia para a conceção do ensino: “a doutrina era de raiz católica, de sólidas, robustas traves-mestras afeiçoadas na penumbra do seminário em que fora educado e na calma paciente e resignada do meio rural que o embalara. Ao lançar os olhos sobre o mundo exterior diagnosticou-lhe os males e planeou-lhe o remédio”. Como podemos comprovar, esta ideologia estava sistematicamente presente na educação. O *Livro da segunda classe* (1933: 5-11), podemos ler o seguinte: “No berço, aprendi a dizer Mãe. Ao colo de minha mãe, aprendi a dizer pai. Depois, Pai e Mãe ensinaram-me a dizer Deus (...). Na minha família, na escola e na igreja, hei-de aprender a conhecê-los cada vez melhor (...). Estudemos, Rezemos, Sejamons bons. Se estudarmos, rezarmos, formos bons seremos alegres e felizes [...]”.

Para Luís Grosso Correia (1998: 71), o objetivo da escola salazarista “não é a promoção das capacidades de expressão pessoal do educando, mas a sua disponibilização em relação à Nação, à Pátria. Daí que, a função socializadora da escola primária se oriente para a promoção dos meios catalisadores do orgulho nacional”. Também Maria Filomena Mónica (1978: 133) corrobora esta tese: “a visão salazarista da sociedade, como uma estrutura hierárquica imutável, conduziu a uma conceção diferente do papel da escola: esta não se destinava a servir de agência de distribuição profissional ou de deteção de mérito intelectual, mas sobretudo de aparelho de doutrinação. Para o salazarismo não havia, aliás, qualquer razão para justificar as desigualdades económicas, que eram inevitáveis e instituídas por Deus”.

1.2.1. CRONOLOGIA DA POLÍTICA EDUCATIVA DO ESTADO NOVO

Do ponto de vista educativo, António Nóvoa (1999: 593-595) divide o Estado Novo em quatro grandes fases, “de características distintas”, marcadas pelas figuras dos principais titulares da pasta da Educação Nacional, não obstante existirem, ao longo dos 48 anos em apreço, “certas linhas de continuidade das políticas educativas”.

A primeira fase, que decorre até 1936, caracteriza-se por uma certa indefinição nas políticas governativas, até porque nesse período sucedem-se 16 titulares à frente do Ministério da Instrução Pública – designação que só seria substituída pela de Ministério da Educação Nacional, em 1936. De todos eles, destacam-se, pela sua acção governativa, sucedendo-se três

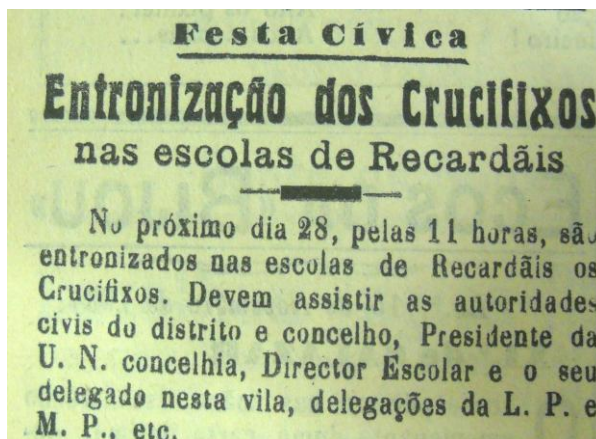
ministros – *Gustavo Cordeiro Ramos* (no 51.º Ministério, de 10-11-1928 a 08-07-1929³, no 53.º, de 21-01-1930 a 05-07-1932, no 54.º, de 05-07-1932 a 11-04-1933, e no 55.º Governo, de 11-04-1933 a 24-07-1933), *Alexandre Alberto Sousa Pinto* (no 55.º Ministério, de 24-07-1933 a 19-06-1934)⁴ e *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* (no mesmo gabinete, de 23-10-1934 a 18 de janeiro de 1936) –, sem que se tenha conseguido entrever uma harmonia de propósitos. Nesta fase, é notório o progressivo desmantelamento das conceções da escola republicana: “a atitude sistemática de demolição da arquitetura republicana manifesta-se com particular incidência em duas áreas-chave do sistema educativo, a administração do ensino e a formação de professores, que são objeto de medidas governamentais desordenadas e mesmo contraditórias” (Nóvoa, 1999: 593).

Com a chegada de António Faria Carneiro Pacheco à pasta da Educação (18-01-1936 a 28-08-1940), inicia-se uma segunda fase que decorre até 1947, e caracteriza-se pela construção nacionalista da educação. Os restantes ministros deste período foram Mário de Figueiredo (28-08-1940 a 06-09-1944) e José Caeiro da Mata (06-09-1944 a 04-02-1947). A remodelação do Ministério da Instrução Pública (Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936) conduz a mudanças significativas na política educativa do Estado Novo, de resto anunciadas pelo estilo e propósitos do novo ministro, que na sua tomada de posse disse ao que vinha: “dirigir a ofensiva do Estado Novo pela educação nacional”.

³ Entre 8 de Julho de 1929 e 11 de Setembro desse mesmo ano, esta pasta foi ocupada por Francisco Xavier da Silva Teles, sendo substituído pelo Tenente-Coronel Eduardo da Costa Ferreira, de 11 de setembro a 14 de novembro de 1929, a quem sucederam, igualmente por pouco tempo, o General Artur Ivens Ferraz (de 14 de novembro a 21 de dezembro desse ano) e o Major Vítor Hugo Duarte de Lemos (até 21 de janeiro de 1930), todos no 52.º Ministério (Guimarães et al, 2000: 265-269).

⁴ Entre 29 de junho e 23 de outubro de 1934, o titular da pasta foi Manuel Rodrigues Júnior (*idem*: 286).

1. ENTRONIZAÇÃO DOS CRUCIFIXOS NAS ESCOLAS DE RECARDÃES



Fonte: *Soberania do Povo*, n.º 4973, 19-11-1937, p. 2, c. 1.

Como afirma António Nóvoa, esta fase, caracterizada pela “tentativa de edificação da escola nacionalista baseada numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral”. Desse modo, “a imagem educativa do Estado Novo ficou associada a esta fase e algumas das medidas então tomadas”, de que destacamos a adoção do livro único, para cada uma das classes do ensino primário; a criação da Mocidade Portuguesa (Decreto n.º 26 611, de 19 de maio de 1936) e a consequente extinção ou marginalização de todos os outros agrupamentos juvenis; a criação da Obra das Mães (Decreto n.º 26 893, de 15 de agosto de 1936), sendo-lhe atribuída a superintendência em todas as formas de ensino infantil e em todos os aspetos da educação própria das raparigas; a suspensão das inscrições nas escolas do magistério primário, entre 1936-1937 e 1941-1942, sob o pretexto do desemprego dos professores diplomados; a revisão do programa do ensino primário, baixando para a terceira classe a escolaridade elementar (Decreto n.º 27 603, de 20 de março de 1937), bem como a aceitação do nível elementar como habilitação suficiente, “a aprovação do ensino primário elementar é habilitação bastante em, todos os casos em que a lei exige a instrução primária (Sampaio, 1976: 68); a criação dos postos escolares (Decreto n.º 27279, de 24 de novembro de 1936), nos meios rurais, com um mínimo legal de frequência, cujos “mestres” – os regentes escolares – em muitos casos sabiam apenas ler e escrever, sendo-lhes, no entanto, exigida uma comprovada idoneidade moral e política.

O combate ao analfabetismo deixa de ser considerado prioritário, já que a ignorância da leitura e da escrita, na perspetiva do regime, evita a contaminação de doutrinas consideradas perniciosas e desestabilizadoras. Por outro lado, é decretada uma redução dos programas de ensino às aprendizagens elementares e a valorização dos princípios morais e religiosos, de que a colocação do crucifixo em todas as salas de aulas do ensino primário público é expressão fiel. Ao crucifixo juntaram-se, mais tarde, os retratos do Presidente da República e o do Presidente

do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, como noticiava a *Soberania do Povo*, a propósito das mudanças então verificadas, no concelho de Águeda.

A terceira fase, de 1947 a 1961, é marcada pelas exigências da industrialização dos anos 50, “iniciando-se com as reformas do ensino liceal (1947) e do ensino técnico (1948) que têm como fundamento a necessidade de preparar quadros e pessoal técnico especializado” (Nóvoa, 1999: 593). Não por acaso, este período tem apenas dois ministros – Fernando Andradepires de Lima (04-02-1947 a 07-07-1955) e Francisco da Paula Leite Pinto (07-07-1955 a 04-05-1961) –, os que mais tempo ficaram à frente dos destinos da Educação Nacional durante o Estado Novo. Em 1952, são promulgados o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos, visando reduzir o analfabetismo e o alargamento da escolaridade obrigatória para quatro anos (em 1956 para os rapazes e em 1960 para as raparigas).

A quarta fase (1961-1974) caracteriza-se pela perfilhação de uma política de expansão escolar. Foram ministros, durante este período, Inocêncio Galvão Teles (04-05-1961 a 19-08-1968), José Hermano Saraiva (19-08-1968 a 15-01-1970) e José Veiga Simão (15-01-1970 a 25-04-1974). Este período é marcado por um aumento demográfico, e consequentemente pelo alargamento da escolaridade obrigatória e gratuita para os seis anos de escolaridade do ensino primário elementar (quatro classes) e complementar (duas classes), principiando este último a funcionar com carácter coercivo para os alunos inscritos na primeira classe do ano letivo de 1964-1965, e com carácter opcional, para os alunos dos outros graus de ensino primário elementar, a partir de 1966-1967 (Decreto-lei n.º 45 810 de 9 de julho de 1964).

Neste mesmo ano de 1964 é criado o Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino (Decreto-Lei n.º 46 135, de 31 de dezembro de 1964), e é criada a Telescola (Decreto-Lei n.º 46 136 de 31 de dezembro de 1964). Na primeira página do semanário de Águeda, *Soberania do Povo*, de 10 de setembro de 1966, é publicada uma referência às matrículas na recém-criada telescola:

Decorrerá de 1 a 15 de Setembro o prazo para as matrículas dos alunos no Curso Unificado da telescola, cuja ação este ano foi alargada substancialmente pela abertura de novos postos de receção em todo o país. Segundo legislação emanada do Ministério da Educação nacional, as entidades interessadas no estabelecimento de postos de receção deverão promover formas de colaboração de outras entidades que possam facilitar a frequência e o aproveitamento dos alunos, especialmente pela concessão de bolsas de estudo. Qualquer informação sobre este assunto pode ser solicitada ao Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino, na Rua Florbela Espanca, em Lisboa.

No ano letivo de 1968-1969, entra em funcionamento o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, estruturado em duas modalidades distintas no que diz respeito à sua transmissão didática, sendo que uma tem transmissão direta e outra audiovisual. No entanto, nestas duas modalidades é respeitado o mesmo plano de estudos curriculares.

Assistiu-se em 1966, a um recuo ou inflexão, no que diz respeito ao controlo ideológico e civil nas políticas educativas. Só assim se explicam dois diplomas legais desse ano. Através do Decreto-Lei n.º 47 311, de 12 de outubro, procedeu-se a uma reformulação dos estatutos da Mocidade Portuguesa, conferindo-lhe, segundo Luís Grosso Correia (1998: 83), “um perfil baixo em matéria da organização das atividades circum-escolares e que circunscreve a obrigatoriedade de frequência dessas atividades ao ensino primário, ao 1.º ciclo do ensino liceal e ao ciclo preparatório do ensino técnico profissional”. Com a anulação do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 27 279, de 24 de novembro de 1936, que fazia depender o matrimónio das professoras do ensino primário de anuência do ministro da tutela, o Governo deixa cair esse mecanismo de controlo das professoras.

Em 1970, Marcelo Caetano convidava o engenheiro Veiga Simão para ministro da Educação Nacional⁵. Este protagoniza a última tentativa do regime para alterar completamente as políticas educativas, democratizando-as e modernizando-as. Após quase cinquenta anos de estagnação, no que respeita ao ensino, em 1971, surgiu em Portugal “uma importante e decisiva reforma educacional, conhecida como a reforma de Veiga Simão” (Stoer, 1982: 28). Veiga Simão ambicionava, segundo Stephen Stoer (1982: 29), “uma maior igualdade de oportunidades na educação, em termos de acesso, quantidade de educação, regionalização e sexo [...]”. Na verdade, essa reforma “ocupou-se de uma nova via para o desenvolvimento, de um projeto de modernização [...]. Expressou mais do que apenas uma exigência de acesso ao ensino, já que ela implicou também mudanças básicas na orientação da economia”.

Assim, segundo o referido autor (1982: 30), os pressupostos em que assentavam os objetivos da reforma eram dois:

- que a educação é um motor do desenvolvimento e
- que o futuro desenvolvimento do ensino é previsível e manipulável.

Assim, as medidas de Veiga Simão iam no sentido do “aumento da escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos: um período pós-compulsório de mais 4 anos de educação [...] [e] reformas do ensino superior; reforma respeitante à formação de professores através da criação de escolas superiores de formação e de departamentos universitários de ciências da educação. O princípio predominante era o da «igualdade de oportunidades na educação»” (*ibidem*).

⁵ Em 1961, Veiga Simão fora nomeado reitor da Universidade de Lourenço Marques. Regressou a Portugal, em 1970, para assumir o cargo de Ministro da Educação Nacional. Durante aquele período, afirmou-se como defensor da democratização do ensino e foi responsável pela criação da Universidade de Aveiro, em 1973.

QUADRO 1. VALORES IDEOLÓGICOS DO ESTADO NOVO

DEUS	PÁTRIA	FAMÍLIA	TRABALHO
			
Paz Direito Ordem Disciplina Confiança Tranquilidade	Justiça Hierarquia Bem-servir Obediência Amor à Pátria Espírito de sacrifício Diferenciação social	Alegria Orgulho Respeito Gratidão Dedicação Amor filial Amor à família Interdependência Alegria pelo trabalho Alegria pelo dever cumprido	Doçura Tradição Caridade Paciência Modéstia Aceitação Ruralismo Obediência Resignação Abnegação Perseverança Honestidade Simplicidade

Fonte: Mineiro, 2007, p. 22.

No Quadro 1 mostramos de uma forma esquemática os valores do Estado Novo, acrescentando um novo valor – o Trabalho – à consagrada trilogia, sempre assentes nos pilares da obediência, da autoridade e do conservadorismo nacionalista antiliberal.

No entanto, Veiga Simão não conseguiu concretizar todas as medidas, uma vez que Portugal não estava preparado para uma retórica meritocrática, continuando a existir entraves fortíssimos à democracia e à participação cívica e política da população. Sobre este aspecto, diz Stephen Stoer (1982: 30): «o papel da educação é contribuir para o desenvolvimento económico, pelo preenchimento das necessidades humanas do mercado de trabalho»; por conseguinte, planear a educação é «elevar ao máximo a sua contribuição para o crescimento económico, possibilitando o fornecimento adequado de indivíduos em busca de emprego».

1.2.2. OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

Um dos temores do Estado Novo era a população rural aprender a ler e a escrever, podendo não quer mais tarde retornar ao trabalho árduo e pouco produtivo dos campos. Maria Filomena Mónica (1999: 638) afirma mesmo que se “a instrução não representava um bem, a sua falta não representava necessariamente um mal”. A mobilidade era uma mudança inconcebível, permitindo-se atingir o topo apenas com muito esforço e dedicação, mas sempre dentro do seu ramo de trabalho.

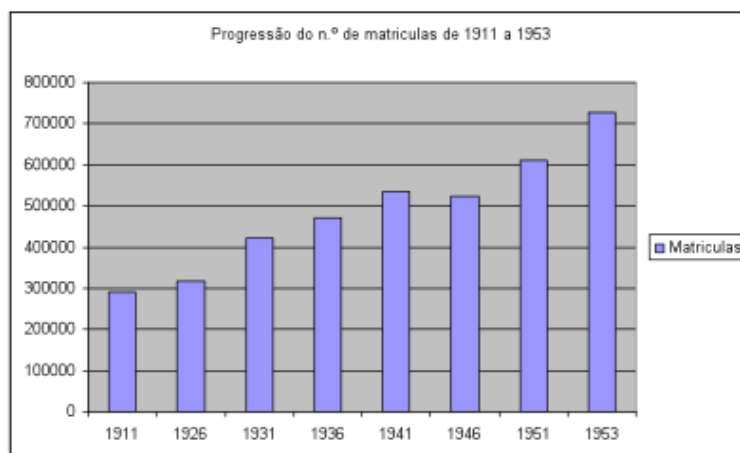
As transformações não tardaram e o grande desejo de educar em função do amor à Pátria, à Família, ao Trabalho e a Deus encontravam-se expressos em todas as modificações que o Estado Novo levou a cabo, como por exemplo, a 11 de abril de 1936, a mudança de Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional. António Nóvoa (2005: 33), citando o então ministro da Educação Nacional, Cordeiro Ramos, diz que “a ação da escola, cujo fim não era apenas ensinar, mas sobretudo educar politicamente”. Na verdade, com a chegada de Salazar ao poder, a educação começou a ser vista como um setor de enorme importância e relevo, uma vez que passou a ser um dos campos estratégicos da inculcação de valores do regime.

Tal como já referimos anteriormente, as transformações não se ficaram por aqui. A 9 de outubro de 1937 é publicado o Decreto-Lei n.º 28 081 que estipula a extinção do ensino infantil oficial. A 20 de março de 1937, através do Decreto-Lei n.º 27 603, a escolarização obrigatória também é reduzida para 3 anos, situação que se manteve através do Decreto-Lei n.º 40 964 de 31 de dezembro de 1956, para o sexo masculino, e através do Decreto-Lei n.º 42 994 de 28 de maio de 1960, para o sexo feminino. Com a publicação do primeiro, que regulamentava a obrigatoriedade escolar até à quarta classe para o sexo masculino, os alunos eram formalmente obrigados à frequência escolar até à distância de 4 km da escola primária, se junto dessa escola funcionasse uma cantina; se o caminho entre a casa e a escola não oferecesse perigo, e se os menores tivessem completado 9 anos até à data da matrícula ou até 31 de dezembro desse ano.

Não obstante o esforço do Governo em melhorar a instrução escolar das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 13 anos, a taxa de analfabetismo continuava a ser muito alta, nomeadamente entre as meninas. Com o Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de maio de 1960, o Governo alarga assim a frequência escolar até à quarta classe aos dois sexos, ministrado em regime de separação de sexos.

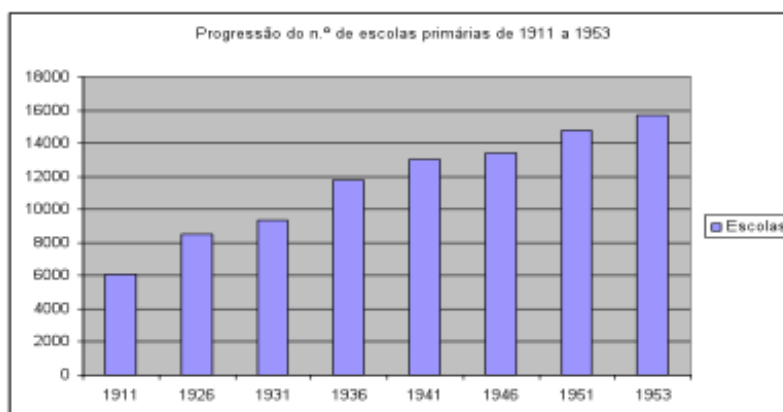
Como também já referimos, a escolaridade obrigatória era de três anos; no entanto, foi publicada a Lei n.º 1.969 de 20 de maio de 1938, que estabelecia o ensino primário em dois graus de educação: o elementar e o complementar. O primeiro compreendia três anos: da primeira à terceira classe; o complementar, dois: da quarta à quinta classe. No entanto, as duas últimas classes não se encontravam regulamentadas, fazendo parte do ensino elementar a quarta classe, era assim ministrada nas escolas primárias existentes.

GRÁFICO 2. PROGRESSÃO DO N.º DE MATRÍCULAS, 1911-1953



Fonte: Estatísticas do Ministério da Educação em relação à Instrução Primária de Portugal, entre 1911-1953

GRÁFICO 3. NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS, 1911-1953



Fonte: Estatísticas do Ministério da Educação em relação à Instrução Primária de Portugal, entre 1911-1953

Em 1964, através do Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho, a obrigatoriedade escolar passou a ser de 6 anos. Este grande avanço decorre de uma mudança de conjuntura. Podemos compreendê-la como resultado das pressões internas e externas. Importa recordar que Portugal mantinha, então, uma guerra colonial em três palcos, e tinha em curso uma industrialização e uma urbanização pelo que o Governo não podia esconder as aspirações das populações, nomeadamente das urbanas. Tornou-se assim num meio de responder às tensões sectoriais do mercado de trabalho nacional, uma vez que se verificava uma falta de mão-de-obra qualificada. Contudo, esta obrigatoriedade de frequência escolar não foi cumprida, pois este movimento não foi acompanhado de uma vontade política interessada e persuasora, uma vez que tudo

isto ia contra os propósitos dos sectores mais conservadores do Estado Novo de manter a população analfabeta.

Para tentarmos compreender os gráficos 2 e 3, convém não nos esquecermos de que, em 1950, havia em Portugal 2 916 600 analfabetos com mais de 7 anos de idade. Número bastante elevado para um país europeu, que nunca se envolvera diretamente em nenhum conflito armado.

Com a execução do Plano de Educação Popular, tornou-se efetiva a obrigatoriedade escolar, que sempre existiu, mas que nunca se cumpriu. Determinou-se ainda a reorganização da rede escolar, atualizaram-se as disposições do recenseamento escolar anual, fixou-se um sistema de sanções para os infratores da lei do ensino obrigatório e estabeleceram-se várias interdições ao exercício das atividades profissionais para os adultos sem o exame da instrução primária.

De uma forma geral, os resultados destas medidas foram visíveis quase no imediato, uma vez que as matrículas escolares passaram a ser superiores em mais de cem mil crianças às do ano anterior. Tornava-se imperiosa a construção de mais escolas.

1.2.3. O FIM DAS ESCOLAS MÓVEIS E O FIM DA COEDUCAÇÃO

As escolas móveis, já antes referidas, foram extintas pelo Ministro Cordeiro Ramos, em 1930, através do Decreto n.º 18 919, de 5 de setembro. Para a sua extinção, o Ministro usou a seguinte fundamentação, segundo Calvet (2006: 178): “Atendendo a que as atuais escolas móveis não satisfazem ao objetivo invocado para sua criação, o qual é a propagação das primeiras noções do ensino primário nas localidades em que não tem sido possível a fundação de escolas fixas [...]”. Na verdade, a liquidação das escolas móveis constituiu uma peça importante da política salazarista de recusa do modelo de formação da I República, pois, como refere Joaquim Pintasilgo (2009), havia uma “estreita articulação entre alfabetização e educação cívica”. Ora, é precisamente esta última vertente que é questionada pela política salazarista.

Durante a I República, o debate sobre a importância, oportunidade, limites e ‘perigos’ da coeducação esteve sempre presente. Os setores mais conservadores viam a coeducação como um processo de subversão da moral das novas gerações e de emancipação da mulher do seu papel convencional. Segundo Helena Araújo (1998: 33), a “promiscuidade sexual foi certamente um argumento importante usado pelos adversários da coeducação, significando atitudes libertinas e até de pensamentos ruinosos para a moralidade das gerações mais jovens”. Contrariamente, os seguidores da chamada “Escola Nova” defendiam a coeducação, uma vez que esta era promotora da igualdade de oportunidades e desenvolvia uma sã camaradagem entre homens e mulheres.

Assim extremadas as posições ideológicas, percebem-se melhor as objeções do Estado Novo a este sistema de aprendizagem e a sua supressão imediata. Foi uma das primeiras

medidas do regime, mesmo antes de diminuir a escolaridade obrigatória de 6 para 4 anos nos rapazes, e de 6 para 3 anos nas raparigas. Na justificação dessa medida, o regime autoritário, saído dos acontecimentos de 1926-1933, usava os argumentos dos adversários da coeducação, durante a I República. Alguns afirmavam que as meninas, em particular, estavam em perigo, porque poderiam ser importunadas com linguagem menos própria utilizada pelos rapazes. Helena Araújo (2000: 252) cita o editor de o jornal *O Professor Primário* (1922), onde este escreve: “competem-lhes educar, e não somente instruir e para que a educação fornecida seja pura e perfeita, necessário se torna que a moral sexual seja tomada em linha de conta [...]”. O mesmo periódico acrescenta ainda que se pretende que “os sexos, pela educação recebida baseada no respeito e no pudor, concorram para que a sociedade se purifique. E esta nunca poderá purificar-se sob este ponto desde que a coeducação exista nas escolas e muito principalmente nas primárias, onde as crianças ainda embrionárias vão adquirindo pela convivência permanente dos sexos, uma liberdade que facilmente perdurará no dia de amanhã”.

1.2.5. LIVRO ÚNICO E CONTROLO IDEOLÓGICO

Os manuais escolares únicos nasceram pelo Decreto n.º 27 279, de 24 de novembro de 1936, que, além de reorganizar o ensino primário, estabelece um livro único para cada classe. Em 1941, publica-se pela primeira vez o *Livro da Primeira Classe* (Editora Figueirinhas). O livro único vigorou cerca de vinte anos. Como podemos constatar pela data, o livro único coincidiu com a eclosão da II Guerra Mundial, tendo como base o fator económico e, não menos importante, o controle total sobre os livros e sobre o ato educativo em si. No entender de António Reis (1996: 658), “de nada serviria o livro único se o ensino não estivesse entregue a agentes de confiança insuspeitos de simpatia pela velha ordem liberal, ou pelas novas ideias esquerdistas”.

Apesar de o livro único ser igual para todos, cada um entendia os textos pela sua condição social. De acordo com Rómulo Carvalho (2001: 767), eram aproveitadas todas as oportunidades “para que os livros propagandassem as pessoas e as excelências do regime político português e os ensinamentos da doutrina cristã”, e do regime que vigorava.

O regime salazarista aproveitou ao máximo as potencialidades que o livro único poderia oferecer. Para tal, em 1932, Cordeiro Ramos, Ministro da Instrução Pública, publica em anexo ao Decreto-Lei n.º 21 014 de 19 de março, um conjunto de máximas de variados autores, como Salazar, Sidónio Pais, Camões, Gil Vicente, etc., a serem inseridas nos livros únicos e aprovadas oficialmente. Eis algumas dessas frases que testemunham com eloquência os referidos aspetos de controlo ideológico: “Obedece e saberás mandar”; “Na família o chefe é o pai, na escola o chefe é o mestre, no Estado o chefe é o Governo”; “Mandar não é escravizar: é dirigir”; “Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando”; “A tua Pátria é a mais

linda de todas as pátrias: merece todos os teus sacrifícios”; “Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida”, etc. (cf. Mineiro, 2007: 175).

1.2.6. DIVERSO ENTENDIMENTO DO ANALFABETISMO

Queremos aqui, de uma forma muito simples, tentar definir o conceito, que, segundo o comité de peritos para a normalização das estatísticas da educação de 1951, citado por José Salvado Sampaio (1980: 17), é “aquele que é capaz de ler e escrever, compreendendo uma exposição simples e breve de factos relacionados com a vida quotidiana”. Admite-se frequentemente que a condição de alfabetizado comporta, além da leitura e da escrita, o conhecimento de noções elementares de cálculo”. Posteriormente, e segundo o mesmo autor, “em 1962, alfabetizado é o que adquiriu conhecimentos ao exercício de todas as atividades onde a alfabetização é necessária ao desempenho eficaz de uma tarefa no seu grupo e na sua comunidade, e em que os resultados atingidos em leitura, escrita e aritmética lhe permitem continuar a aplicar as aptidões ao serviço do seu desenvolvimento e do da comunidade e a participar ativamente na vida do seu país”.

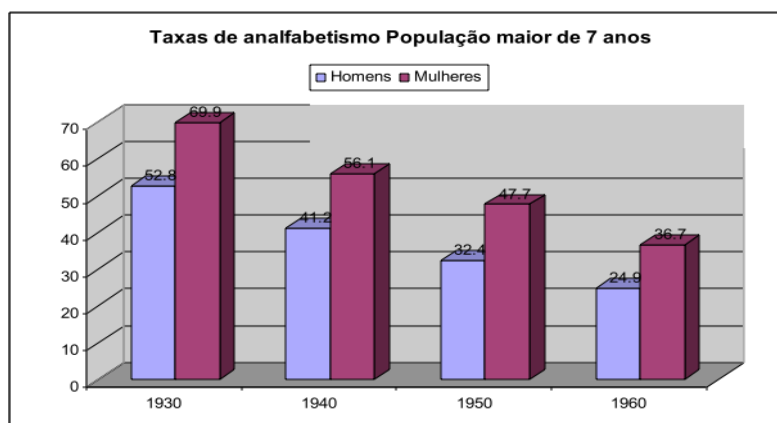
Como se sabe, “em 1930 a economia portuguesa estava entre as mais atrasadas da Europa” (Mónica, 1978: 79). A mesma autora (*idem*, p. 109) acrescenta ainda que “o facto de, em 1930, em cada 100 portugueses 70 não saberem ler chocava algumas pessoas e, simultaneamente, tranquilizava outras”. Portanto, o nível de literacia da população era excessivamente baixo. Saber ler era considerado um dom e aceitava-se que fosse apanágio de ricos e poderosos. De facto, o analfabetismo constituía o principal travão ao crescimento económico e ao desenvolvimento. No entanto, o regime sabia que da ignorância do povo germinava toda a sua docilidade, modéstia, paciência e resignação. Neste sentido, Rómulo de Carvalho (1996: 728) considera mesmo que “o inconveniente de o povo saber ler não estava propriamente no facto em si mesmo, mas no uso perigoso que dele poderia resultar”.

Se a população, na sua maioria, aprendesse a ler e a escrever com desembaraço e perícia, toda a ideologia defendida pelo regime ficaria fragilizada, começariam a surgir vozes de discórdia. Neste contexto político, Jaime Cortesão (1988: 68) escreve: “são glorificadas a ignorância, acompanhada da obediência, a limpeza e ordem e a pontualidade, assim como a poesia da pobreza e da vida rural, ao mesmo tempo que se aproveitam todas as oportunidades para procurar reduzir as aspirações de promoção social através da educação”.

Os pais retiravam as crianças da escola para os ajudarem nos campos e em casa. Mandá-las para a escola, mesmo com direito à refeição gratuita, tinha custos elevados para muitos agregados familiares, pois as crianças não só gastavam, como não contribuíam para o orçamento familiar. Em Águeda, a aposta no combate ao analfabetismo era mais eficaz na sede do concelho, pois ali eram colocados professores com profissionalização, enquanto nas aldeias mais interiores estes foram a pouco e pouco substituídos pelos regentes escolares.

Por outro lado, convém sublinhar que as oportunidades para gente escolarizada nos campos eram escassas, na medida em que a sua exploração fazia-se por métodos arcaicos de produtividade muito baixa. Como se pode verificar no Gráfico 4, a taxa de analfabetismo era em 1960 ainda muito alta, nomeadamente entre as mulheres, que eram educadas para assumirem o “seu lugar”: boas donas de casa, respeitosas e dedicadas esposas e, para isso, não precisavam de saber ler e escrever.

GRÁFICO 4. TAXAS DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO MAIOR DE 7 ANOS, 1930-1960



Fonte: Rosas, 1992, p.

1.2.7. OS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO

A imagem do professor ao longo do período do Estado Novo sofre, segundo Fernando Rosas (1992: 496), uma política contraditória “de desvalorização sistemática do estatuto da profissão docente e, simultaneamente, de dignificação da [sua] imagem social”. Era necessário exercer um controlo autoritário sobre os docentes, de forma a manter a ordem social, ao mesmo tempo criar condições de prestígio social junto das populações. As remunerações de um professor primário, em 1928. “Correspondiam a um terço do secundário e a um quarto do universitário e pertenciam às categorias baixas dos funcionários públicos” (Benavente, 1990:54).

Durante muitos anos, a docência nas escolas primárias foi entregue a homens, uma vez que a mulher, pela “sua delicadeza”, poderia pôr em causa toda a austeridade que a profissão exigia. No entanto, aos poucos, o ensino primário começou a adquirir marcas femininas.

São imensas as razões que levaram a uma feminização do professorado primário. No entanto, a mais apontada é a expansão da escola pública, a contenção de gastos, o desejo da autonomia feminina e a ideia de a mulher assumir melhor o que era designado como “figura maternal”. Para Ana Benavente (1990: 81), os motivos serão sem dúvida atribuídos “à desvalorização progressiva do estatuto económico e profissional dos professores do ensino primário

[que] trouxeram cada vez mais mulheres à profissão; a ideologia do trabalho com as crianças pequenas que incita as vocações femininas; em Portugal, a distribuição geográfica das escolas tornava esta formação mais acessível às raparigas do que outros cursos normais”. Adiantava Ana Benavente que “o professorado feminino provém de filhas de pequenos proprietários, comerciantes e industriais que almejavam, nomeadamente a mãe, uma situação social confortável, condizente com os valores tradicionais defendidos em relação à mulher. No entanto, as professoras, raramente ocuparam lugares de chefias”. Acrescentava ainda que, “a professora primária assumia o papel de Mãe da Nação. Como mãe e educadora a sua vida pessoal tinha de estar de acordo com os parâmetros desejados, isto é, as professoras não usufruíam do direito de organizar e gozar a sua vida privada da forma que mais desejassem. Tinham de reger as suas escolhas e atitudes pela cartilha ‘Como ser professora primária no Portugal de Salazar?’” (Reis, 1996).

O facto de o ensino primário ser primordialmente feminino para o regime salazarista foi um ponto que favoreceu bastante os mecanismos ideológicos do regime. Para Stephen Storer (1982: 26), a ideologia educacional salazarista tinha por base o princípio *Deus, Pátria, Família*, o qual pode ser representado, em relação às futuras políticas educacionais do Estado Novo, pelas seguintes linhas fundamentais tal como foram expostas no I congresso da União Nacional (1934): na educação deveria haver “uma redução dos programas de modo a permitir-se uma concentração no ‘fundamental’, com saliência para os ‘conhecimentos aplicados’ (quer dizer, para o desenho e para os trabalhos manuais no caso dos rapazes, e para as atividades domésticas no das raparigas), devendo ‘todos os princípios evocar as ideias de pátria, família e amor à terra natal’”.

Durante o Estado Novo, todos os funcionários públicos, inclusive os docentes, subscreviam uma declaração com o seguinte texto: “Declaro, por minha honra, que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas” (Sousa, 2000: 92-93). Tratava-se, como é fácil de ver, de um mecanismo de agressão das consciências de submissão do professor e dos restantes servidores do Estado. Os que não subscrevessem esse documento eram vítimas de uma pérfida forma de repressão, totalitária, como diriam alguns autores.

Uma vez que o professor se limitava a ensinar a ler, escrever e contar, não havia assim necessidade de adquirir conhecimentos profundos, porque do ponto de vista económico era considerado um desperdício, e do ponto de vista social era tido como perigoso. Sendo assim, a 12 de Abril de 1928, os governantes decidiram fechar as Escolas Normais Superiores, criadas durante a I República. No entanto, a medida não foi bem aceite pelos docentes que reabriram a 21 de Agosto do mesmo ano (Carvalho, 2001). Dois anos mais tarde, em 1930, as Escolas Normais Superiores foram substituídas pelas Escolas do Magistério Primário.

Estas funcionaram durante seis anos consecutivos. Em 1936, foram suspensas as matrículas para o 1.º ano, ordem que as manteve fechadas durante mais seis anos. Viriam a reabrir em 1942, mas agora com uma nova legislação administrativa baseadas nos ideários do Estado

Novo com a redução de um ano (passando de três para dois anos). Esta situação manteve-se até 1960, altura em que foi publicado o Decreto-lei n.º 43 369, de 2 de dezembro, que introduziu alterações substanciais. Na opinião de António Nóvoa (1996, vol. I: 305), “a política do Estado Novo concretiza-se, por um lado, num abaixamento das condições de admissão ao ensino normal, numa redução dos conteúdos e do tempo de formação e numa menor exigência intelectual e científica; e por outro lado, na instauração de práticas de controlo moral e ideológico, tanto na formação de base como no estágio e, sobretudo, na avaliação dos exames de entrada no professorado”.

Como resultado de todas estas alterações na formação dos novos professores, verificou-se obviamente um decréscimo acentuado do número de docentes, surgindo assim os regentes escolares (professoras do ensino primário apenas com a instrução básica, isto é, com apenas quatro anos de escolaridade), para quem bastava ver reconhecida a “idoneidade moral e intelectual” (Carvalho, 1996: 736). Abílio José Amiguinho (2004: 136) vai mais longe, afirmando que estes “professores eram pouco mais que analfabetos”.

Já a propósito dos postos escolares, Rómulo de Carvalho (1996: 736) cita o Ministro Cordeiro Ramos: “os postos de ensino [...] ficam sendo mais um instrumento da iniciativa da Ditadura Militar em prol da diminuição do número dos iletrados, ou seja, da resolução do chamado problema do analfabetismo”. No entender de Salazar, as regentes escolares tinham conhecimentos e aptidões suficientes para transmitirem os conteúdos mínimos aos aldeões, ainda que o seu salário fosse mais baixo que o das professoras diplomadas. O aparecimento das regentes escolares reforçou a degradação da imagem social do professor, não apenas nos vencimentos auferidos, mas também pelo facto de mesmo os professores diplomados estarem sujeitos ao desemprego.

Podemos afirmar, pois, seguindo a tese de Jaime Reis (1993), que o Estado português não necessitava de elevado número de professores nem de professores com uma formação profissional qualificada para funcionar, isto é, o professor não desempenhava um papel de relevo na manutenção do *status quo*, não obstante a escola ser um espaço de inculcação ideológica, como mostrámos antes.

CAPÍTULO 2. O CONCELHO DE ÁGUEDA NO ESTADO NOVO

Queremos que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua pátria, como o dos que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram (*Soberania do Povo*, n.º 5273, 1 janeiro de 1944).

Neste capítulo, faremos uma muito sumária caracterização geográfica e demográfica do concelho em estudo, Águeda.

Em traços largos, podemos dizer que já no século XI, Águeda era um burgo, com um comércio desenvolvido, possuindo um porto movimentado, abastecendo-se a si e às populações vizinhas de além Alcoba, hoje em dia conhecido como Caramulo. No dia 8 de Julho de 1985, a vila de Águeda é elevada à categoria de cidade. Resta acrescentar, que esta atua como fronteira entre o mar e a serra devido à sua privilegiada posição geográfica, sendo hoje servida por vias rodoviárias e ferroviárias de fácil acesso. Sendo assim, Águeda é uma cidade em franco desenvolvimento económico e social, sendo uma das cidades mais industrializadas do país. No entanto, nem sempre assim foi, pois as zonas mais afastadas da sede do município sofreram um atraso significativo, quer no que diz respeito às acessibilidades, quer no que diz respeito à demografia, influenciando desse modo a construção de edifícios escolares e de salas de aulas. Ainda hoje é notório esse distanciamento, pois as freguesias mais montanhosas apresentam uma baixa densidade populacional, refletindo-se esse fenómeno no número de alunos em idade escolar. A grande maioria das escolas dessas zonas já fecharam, apresentando-se como locais de turismo rural, como é o caso da escola primária de Macieira de Alcoba, hoje, transformada em restaurante turístico.

2.1. CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE ÁGUEDA

O concelho de Águeda localiza-se na região Centro, mais especificamente na região do Baixo Vouga, sendo em área o maior concelho deste distrito de Aveiro. Possui um território de 335,3 km², com 49 041 habitantes (segundo o Censo de 2001), e uma densidade populacional de aproximadamente 146 hab/km². Naturalmente, a distribuição da população não ocorre de forma homogénea pelo território, sendo necessário percorrer grandes distâncias para aceder às povoações mais isoladas, situadas a nascente. Situa-se na zona de fronteira entre os distritos de Aveiro e Viseu, entre o litoral e o primeiro conjunto montanhoso constituído pela Serra do Caramulo. A norte, confina com os municípios de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga; a poente com os de Aveiro e Oliveira do Bairro, a sul com Anadia e Mortágua, este já integrado

no Distrito de Viseu. Este enquadramento territorial confere ao concelho de Águeda, a nível distrital, uma posição central, no que é hoje uma das zonas mais desenvolvidas do País, estabelecendo mesmo a transição entre o Litoral e o Interior.

O município é formado por vinte freguesias: Agadão, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Águeda, Barrô, Belazaima do Chão, Borralha, Castanheira do Vouga, Espinhel, Fermentelos, Lamas do Vouga, Macieira de Alcoba, Macinhata do Vouga, Óis da Ribeira, Préstimo, Recardães, Segadães, Travassô, Trofa e Valongo do Vouga.

No tocante às acessibilidades, verifica-se que na parte litoral é percorrida no sentido Norte/Sul pela auto-estrada Porto-Lisboa, sendo o concelho provido de ligações através dos nós de Albergaria-a-Velha, a Norte, e Oiã, a Sul, ligações essas que são efectuadas, respectivamente, pela estrada A 25 e EN 333; ainda no mesmo sentido, encontra-se a via com maior fluxo de tráfego que existe no concelho – a EN 1/IC 2. Ao interior chega-se essencialmente a partir de três vias rodoviárias distintas: a EN 230, que liga Aveiro ao Caramulo, a EN 333, que liga Oiã ao nó de ligação à A 25, em Talhadas, e a EN 336 que liga EN230 a Mortágua. É ainda o concelho atravessado a Norte pela A 25, que liga Aveiro a Vilar Formoso, sendo o seu fluxo de acesso diluído, quer no tráfego da EN 1/IC 2, quer no da EN 333. Ainda no espaço do concelho, e numa extensão de 21,082 km, cruza-se a linha de caminho de ferro do Vouga, uma via estreita que liga Aveiro a Sernada do Vouga, e que desempenha papel na deslocação diária da população de toda a região.

2.2. AS FREGUESIAS

Vejamos, agora, alguns aspetos relacionados com as vinte freguesias do concelho, tendo em vista a compreensão das decisões políticas sobre as construções escolares. Na verdade, as freguesias do interior, mais distantes e de acessos difíceis foram prejudicadas ao longo do período estudado, se as compararmos com as restantes.

A freguesia de Agadão está situada a sudoeste do concelho; ocupa um vale fundo nas abas da Serra do Caramulo, por onde corre o rio Agadão (afluente do Águeda).

Aguada de Baixo situa-se no extremo Sul do concelho, fazendo fronteira com os concelhos de Oliveira do Bairro e Anadia. É cortada pelo Rio Cértima.

Aguada de Cima situa-se na zona Sul do concelho, sendo grande parte do seu território constituído por

2. O CONCELHO DE ÁGUEDA



Fonte: Carta Educativa de Águeda

uma zona plana com forte densidade populacional e uma zona serrana menos populosa.

A freguesia de Águeda localiza-se no centro do concelho. É banhada pelos rios Águeda e Alfusqueiro, ficando situada junto às principais vias de comunicação que ligam o norte ao sul e o litoral ao interior. Esta característica conferiu à cidade uma feição predominantemente comercial, a que se viria a juntar a indústria, desde finais de Oitocentos.

A freguesia de Barrô situa-se no extremo sudoeste do concelho, nos limites com Oliveira do Bairro.

Belazaima do Chão é uma freguesia que se situa no começo das faldas da Serra do Caramulo. Faz a transição entre a zona de planície e a serra.

A freguesia da Borralha foi a última a ser criada, por desmembramento da freguesia de Águeda. Está situada a sul da mesma e tem o rio Águeda como limite-norte. Grande parte desta freguesia faz parte do perímetro da cidade.

A freguesia de Castanheira do Vouga é pouco populosa e bastante extensa. Situa-se no centro-leste do concelho, entre os rios Alfusqueiro e Agadão.

Segue-se a freguesia de Espinhel, banhada pelo rio Águeda e pela Pateira, e é essencialmente uma freguesia onde predomina a agricultura.

A freguesia de Fermentelos situa-se a sudoeste do concelho, encravada no concelho de Oliveira do Bairro, nas margens da Pateira.

Lamas do Vouga situa-se junto aos rios Vouga e Marnel. Faz fronteira com o concelho de Albergaria-a-Velha e possui um valioso espólio arqueológico da época dos romanos.

Segue-se Macieira de Alcoba, que se situa no extremo leste do concelho. É uma verdadeira aldeia típica, dela fazem parte o tradicional lugar da Urgueira, a povoação mais alta e mais longínqua do concelho.

Macinhata do Vouga situa-se no noroeste do concelho, na margem esquerda do rio Vouga. Grande parte do seu território é zona florestal que se estende até à serra das Talhadas.

A freguesia de Óis da Ribeira situa-se no sudoeste do concelho, entre a margem esquerda do Rio Águeda e a Pateira. É uma planície rica em produtos agrícolas.

A freguesia de Préstimo situa-se na margem esquerda do rio Alfusqueiro, estendendo-se pela Serra das Talhadas.

A freguesia de Recardães está situada a sudoeste da cidade. É atravessada pelo rio Águeda.

3. FREGUESIAS DO CONCELHO DE ÁGUEDA



Fonte: *Carta Educativa de Águeda, 2008*

A freguesia de Segadães fica a centro-oeste do concelho e é banhada pelo rio Vouga que rega grande parte do seu território.

Travassô é a décima oitava freguesia e faz fronteira com os concelhos de Aveiro, e Albergaria-a-velha. É banhada pelos rios Águeda e Vouga.

A freguesia de Valongo do Vouga fica a noroeste do concelho. É uma zona de planalto que se estende pelas abas da Serra das Talhadas. Faz limite com Macinhata do Vouga a norte, Águeda a sul, Préstimo a nascente Lamas do Vouga e Trofa a poente.

Por fim temos a freguesia da Trofa, situada no centro-oeste do concelho, numa colina sobranceira à margem esquerda do rio Vouga.

O Quadro 2 mostra-nos em termos de distâncias, todas as freguesias do concelho de Águeda, começando pelas mais afastadas da sede de concelho, até à mais próxima. Este quadro vai permitir-nos perceber, no capítulo seguinte, a variação do número de construções escolares no concelho de Águeda.

Chamamos a atenção para o facto de que nem todas as freguesias aqui representadas tiveram um crescimento contínuo e constante, sofrendo bastantes oscilações ao longo das quatro décadas. Como podemos ver, as freguesias afetas às zonas mais montanhosas e mais distantes da sede de concelho correspondem às freguesias de Macieira de Alcoba; Préstimo; Castanheira do Vouga; Belazaima do Chão e Agadão. Esta localização justifica em grande medida o nível de evolução e de desenvolvimento das povoações a elas associadas, fruto dos reduzidos e sinuosos acessos.

As zonas mais montanhosas possuem ligações viárias em menor número, e sem grande possibilidade de escolha de trajetos alternativos, por sua vez as zonas altimetricamente mais baixas possuem ligações mais abundantes e com maior número alternativo de trajetos.

Quando observamos as acessibilidades das freguesias em relação a Águeda, verificamos que as mais acessíveis (em termos de distancia (em quilómetros) e tempo (em minutos) são as freguesias de Borralha, Espinhel, Óis da Ribeira, Lamas do Vouga, Segadães, Barro, Trofa e Recardães em virtude da proximidade destas ao IC2/N1.

Por oposição, as mais longínquas são as freguesias de Macieira de Alcoba, Agadão, Castanheira do Vouga, Préstimo, Macinhata do Vouga e Fermentelos. É de salientar que as duas freguesias que aparecem como as mais distantes da sede de concelho (Macieira de Alcoba e Agadão) pertencem a uma zona pouco povoada e onde as actividades da floresta dominam fortemente. Mais à frente voltaremos a falar neste quadro, uma vez que faremos o estudo do número de escolas e de salas construídas durante o Estado Novo no Concelho de Águeda.

QUADRO 2. DISTÂNCIAS DA SEDE DO CONCELHO ÀS SUAS FREGUESIAS

Freguesias	Itinerários	Distâncias (km)	Tempo (min)
Macieira de Alcoba	N 333 e EM 574	23,6	31
Agadão	N 230 e Estradas das Capelas	19,6 + 20,1	25
Castanheira do Vouga	N 230 e N 333	11,9 + 15,9	16+24
Préstimo	N 333 EM 574	15,7+17,6	23+26
Macinhata do Vouga	IC 2 e EM 576 N 230	12,1+14,1	15+19
Belazaima do Chão	N 230 e N 336	12,5	17
Fermentelos	N 333 e EM 600	9,8	16
Valongo do Vouga	Av. da Misericórdia e N 1 IC 2	7,7+11,8	13+16
Aguada de Baixo	N 333 e IC 2	10,6	15
Travassô	Av. da Misericórdia e N 1 EM 601	6,5+8,4	09+14
Aguada de Cima	EM 606	7,2	13
Lamas do Vouga	Av. da Misericórdia/N 1 N 230	8,1+10,1	09+13
Trofa	Av. da Misericórdia e N 1 N 230 e IC 2	5,9+7,9	8+12
Óis da Ribeira	Av. da Misericórdia e N 1	7,7	12
Espinhel	R. dos Loureiros N 333	5,1+6	9+11
Segadães	Av. da Misericórdia e N 1 N 230	6,8+6,9	09+11
Barrô	N 333	6,4	11
Borralha	R. Dr. Manuel Pinto N 1	3,1+4,1	07+9
Recardães	EM 604	2,4	4

Fonte: <http://maps.google.com/> (acedido em outubro de 2011).

2.3. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO NACIONAL E DO CONCELHO DE ÁGUEDA

Segundo José Manuel Nazareth (1979), o envelhecimento da população portuguesa, entre 1930 e 1970, tem imensas assimetrias regionais que se vão acentuando a partir de 1940. O mesmo autor considera que a distribuição etária por distritos e regiões autónomas é muito variável, permitindo a identificação de seis grupos demográficos. No período histórico considerado, o distrito de Aveiro enquadra-se no 6.º grupo, intitulado muito jovem. Por esta razão, nota-se um investimento maior na construção de escolas e salas de aula (Quadro 3), como veremos no Capítulo 3.

QUADRO 3. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA, 1930-1970

Censos	Portugal	Aveiro	Águeda
1930	6.825.883	381.694	25.642
1940	7.755.423	433.395	29.433
1950	8.510.240	483.396	32.991
1960	8.889.392	524.592	35.274
1970	8.663.252	546.874	36.510

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, entre 1930-1970.

Atendendo à sua dimensão de 2808 km², o distrito de Aveiro apresenta uma evolução gradual, bem como o concelho de Águeda de 335,28 Km², que em 40 anos teve um crescimento populacional de cerca de 10 000 habitantes, isto é cerca de 2000 habitantes por cada 10 anos, o que justifica, como veremos mais adiante a construção de mais escolas.

Vejamos, os dados fornecidos pelos censos de 1959, 1960, 1970 e 1981.

Como vemos no Quadro 4, o crescimento demográfico do concelho de Águeda patenteia uma desigual distribuição espacial. As cinco freguesias assinaladas com fundo cinza registaram, ao longo do período em apreço, um decréscimo muito desigual, oscilando entre -0,83%, na Trofa, e -24,68%, em Macieira de Alcoba. A evolução populacional destas freguesias parece estar associada, tanto à sua localização geográfica como à emigração dos anos 60. No que tange à localização geográfica, a exceção é Segadães, cujo decréscimo está relacionado certamente com a emigração. De resto, é este fenómeno que explica o decréscimo registado em 1970 em mais seis freguesias. As freguesias de Aguada de Cima, Águeda, Borralha, Recardães e Óis da Ribeira são as freguesias que apresentam uma taxa de crescimento mais elevada, fenómeno que parece estar relacionado, quer com a industrialização, quer com a terciarização dos nossos dias.

QUADRO 4. POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÁGUEDA, 1950-1981

Freguesias	1950	1960	Var (%)	1970	Var (%)	1981	Var (%)
Agadão	860	847	-1,51	680	-19,72	646	-5,00
Aguada de Baixo	1018	1248	22,59	1490	19,39	1850	24,16
Aguada de Cima	2503	2620	4,67	2550	-2,67	3526	38,27
Águeda	6048	6079	10,93	7204	7,38	9833	36,49
Barrô	1122	1262	12,48	1430	13,31	1700	18,88
Belazaima do Chão	571	562	-1,58	610	8,54	551	-9,67
Borralha	1474	1636	10,99	1756	7,33	2397	36,50
Castanheira do Vouga	862	864	0,23	690	-20,14	772	11,80
Espinhel	1949	2146	10,11	2275	6,01	2472	8,66
Fermentelos	2237	2143	-4,20	2185	1,96	2182	0,14
Lamas do Vouga	680	769	13,09	695	-9,62	710	2,16
Macieira de Alcoba	350	311	-11,14	235	-24,44	177	-24,68
Macinhata do Vouga	3176	3377	6,33	3040	-9,98	3427	12,73
Óis da Ribeira	650	623	-4,15	535	-14,13	698	30,47
Préstimo	1302	1249	-4,07	1045	-16,33	1012	-3,16
Recardães	1278	1610	25,98	1925	19,57	2579	33,97
Segadães	553	701	26,76	905	29,10	715	-20,99
Travassô	1121	1124	0,27	1150	2,31	1387	20,61
Trofa	1787	1785	-0,11	2060	15,41	2043	-0,83
Valongo do Vouga	3450	3688	6,90	4050	9,82	4539	12,07

Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População, 1959-1981.

Observa-se, assim, que as freguesias mais populosas são as da zona poente e central do concelho, nomeadamente Águeda, Valongo do Vouga, Aguada de Cima, Macinhata do Vouga, Recardães, Espinhel, Fermentelos. As menos populosas localizam-se na zona mais interior do concelho, pertencendo a Macieira de Alcoba, Agadão e Belazaima do Chão, menos bem servidas em transportes e acessibilidades.

CAPÍTULO 3. A REDE DO ENSINO PRIMÁRIO EM ÁGUEDA

O analfabetismo em Portugal vem de longe e não impediu que a nossa literatura fosse, em determinadas épocas, extremamente rica. Não nos cabe, aliás, a responsabilidade dessa lacuna e estamos fazendo tudo, ao contrário, para que deixe de existir, sobretudo para alargar quanto possível a nossa base de recrutamento dos valores sociais, hoje demasiado restrito. Estão lançadas as bases da grande reforma do ensino primário. Dentro de cinco, seis anos, conto que todas as crianças em idade escolar tenham à sua disposição escolas e professores que lhes ensinem a ler (Salazar a A. Ferro, *Diário de Notícias*, setembro de 1938).

Águeda industrializou-se desde os finais do século XIX (Rodrigues, 2010); segundo Deniz Ramos (1989: 32), devido à “excelente localização geográfica de Águeda num eixo vital de comunicações, em que o rio desempenhava um papel fomentador de prósperas atividades comerciais [...], bem como ao desenvolvimento industrial, mão-de-obra indiferenciada, técnicos e quadros que construíram agregados familiares que se instalariam definitivamente”. O ensino e a construção de edifícios escolares também são produto desse crescimento económico, como veremos adiante.

3.1. A DÉBIL REDE ESCOLAR EM ÁGUEDA

Águeda, tal como o resto do país, registava no início do século XX, de uma taxa de analfabetismo muito elevada. A leitura da imprensa local do período estudado permite afirmar que o concelho de Águeda apresentava, da I República até ao início da década de 60, uma débil rede escolar. Nos anos 30, Águeda era ainda um concelho voltado para a produção agrícola. Desse modo, as crianças eram colocadas desde muito cedo a ajudar os pais no sustento da casa: os rapazes no trabalho da terra e as meninas a servir em casas de senhores, muitas vezes, longe do seu agregado familiar.

A Câmara Municipal de Águeda e as juntas de freguesia não dispunham de verbas suficientes para construção das escolas necessárias. E não era com ajudas pontuais que se enfrentavam as carências e as dificuldades. Durante a I República, um tanto à maneira da Monarquia, um notável intercedia junto do poder central por uma freguesia. Em 1914, do Arquivo da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga (AJFVV) pode-se ler: “Foi também lida a carta dirigida a esta Junta de Freguesia, pelo Excelentíssimo Ministro da Instrução para o cidadão Leandro Augusto Martins, manifestando-lhe o seu muito apreço, bem como do Governo da República [...], subsidiando com mil escudos a projetada construção das casas de escola desta freguesia [...]”. Este

procedimento manter-se-ia, de forma mais ou menos idêntica, ao longo da primeira metade do século XX.

Em 1940, havia no distrito de Aveiro 187 344 pessoas que sabiam ler. Desse número, 109 066 eram homens e 78 278 eram mulheres. Claro que a estes números teremos que subtrair 69 620 menores de 7 anos de idade de ambos os sexos. Sendo assim, a taxa de analfabetismo no distrito de Aveiro era de 47,5%, sendo que 33,6% eram “varões” e 59,3% eram “fêmeas” (termos usados nos censos de 1930 e 1940). Dos que sabiam ler, 48 918 possuíam a instrução primária, 2591 a instrução secundária e 1046 a instrução superior.

Segundo o censo de 1940, atendendo ao género, os homens tinham maior grau de instrução, quer em quantidade (maior número de homens a frequentar o ensino), quer em grau de instrução, realçando sobretudo a instrução superior (90,2).

QUADRO 5. GRAU DE INSTRUÇÃO EM 1940

Grau de instrução	Homens	Mulheres
Instrução primária	58,9%	41,1%
Instrução Secundária	66,4%	33,6%
Instrução Superior	90,2%	9,8%

Fonte: Censo de 1940.

De 1911 a 1940, verifica-se um decréscimo do analfabetismo no distrito de Aveiro, devido às medidas tomadas na I República e nos primeiros anos do Estado Novo. Verificamos, portanto, que as medidas tão contestadas por Salazar não eram inúteis. É de realçar que, comparando as percentagens, a redução maior verificou-se a partir de 1930, o que nos faz questionar dois aspetos: por um lado a educação dada na I República era abrangente, mas mais difícil e nem todos conseguiam atingir o grau de instrução desejável, por outro lado, a educação no Estado Novo, apesar de diminuir em muito o analfabetismo, era básica, incidindo essencialmente na inculcação ideológica.

É igualmente de notar que, entre 1920 e 1930, a redução do analfabetismo não é notória. Tempos de crise e imensas carências como foram esses que se seguiram à I Grande Guerra Mundial. Verifica-se que as mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens, o que vem de encontro ao que se passa no resto do país. Como se pode verificar no Quadro 6, continuamos com a mesma tendência: o género masculino era mais alfabetizado, sendo quase uma diferença em relação ao género feminino do dobro, embora as mulheres nasçam em maior número.

Segundo o censo de 1930, em Portugal existiam 4 627 988 analfabetos, sendo que 1 974 448 eram homens e 2 653 540 eram mulheres. No distrito de Aveiro, em 1930, havia 97 970 homens analfabetos e 157 781 mulheres, e no concelho de Águeda 5523 homens e, 10 130 mulheres iletradas.

QUADRO 6. TAXAS DE ANALFABETISMO NO DISTRITO DE AVEIRO, 1911 E 1940

Censos	Homens	Mulheres	H e M
1911	53,4%	82,4%	73,2%
1920	49,0%	76,1%	64,2%
1930	46,3%	71,7%	60,4%
1940	33,6%	59,3%	47,5%

Fonte: Censos de 1940.

Já em 1940, de uma população masculina de 202 933, Aveiro apresentava somente 109 535 que sabiam ler e de 230 462 mulheres, só 78 944 sabiam ler. Na faixa etária entre os 7 e os 13 anos, 39 788 sabiam ler, sendo que 21 905 eram do sexo masculino e 17 803 do sexo feminino, no entanto só 18 343 frequentavam a instrução primária e 6756 possuíam a mesma instrução. No concelho de Águeda a situação era idêntica, uma vez que dentro desta faixa etária só 2842 sabiam ler, sendo 1563 homens e 1279 mulheres. Todavia, só 1434 crianças frequentavam a instrução primária e 584 tem a mesma instrução, 320 rapazes e 264 raparigas.

QUADRO 7. POPULAÇÃO LETRADA EM AVEIRO E ÁGUEDA, 1930-1940

Ano	População Nacional		População no Concelho de Aveiro		População Concelho de Águeda		Aveiro Sabe ler		Águeda Sabe ler	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1930	3 255 876	3 570 007	74 951	207 741	11 615	14 027	76 981	49 962	6092	3897
1940	3 734 348	4 021 075	202 933	230 462	13 847	15 586	109 535	78 944	8061	5486

Fonte: Censos de 1930 e 1940

Em seguida, e de uma forma mais pormenorizada, o Quadro 8 mostra-nos a população alfabetizada de Águeda, por freguesia, em 1940.

Os homens aguedenses, tal como acontecia no restante território nacional, são mais alfabetizados em relação ao género oposto. Já o dissemos. As zonas mais altimétricas, que são também as zonas mais afastadas da sede de concelho, e com acessibilidades mais precárias, são as que apresentam um menor número de pessoas alfabetizadas. As zonas assinaladas a cinza (Agadão, Macieira de Alcoba/Belazaima do Chão e Castanheira) são zonas recônditas, viradas essencialmente para o trabalho da terra. Se compararmos este quadro com o Quadro 3 sobre a população residente em Águeda, verificamos que são zonas com baixa densidade populacional.

A freguesia de Segadães é a exceção, uma vez que só apresenta 243 indivíduos alfabetizados, embora se situe numa zona relativamente perto da sede de concelho. Este facto acontecerá, possivelmente, por ser uma freguesia com um índice bastante alto de emigração. As

restantes freguesias (Aguada de Cima, Águeda, Fermentelos, Espinhel, Macinhata do Vouga, Recardães e Valongo do Vouga) são áreas que apresentam uma taxa de alfabetização elevada, uma vez que são bastante povoadas e com bons acessos viários e rodoviários.

A situação nos anos 50 é muito idêntica, uma vez que ainda existe uma percentagem muito alta de analfabetos, sendo que esta incide maioritariamente nas mulheres. A este título sabemos que em Águeda a população analfabeta maior de 7 anos rondava os 8374, sendo 2238 homens e 5136 mulheres, e a que tinha a instrução primária era de 5031, sabendo que, em 1950, a população total do concelho de Águeda era de 27 927 pessoas.

QUADRO 8. POPULAÇÃO LETRADA EM ÁGUEDA, 1940

Freguesias	Homens/Mulheres	Homens	Mulheres
Agadão	206	163	43
Aguada de Baixo	453	268	185
Aguada de Cima	1134	675	459
Águeda	2542	1602	940
Barrô	391	235	156
Belazaima do Chão	237	148	89
Castanheira do Vouga	302	195	107
Espinhel	900	513	385
Fermentelos	1044	605	439
Lamas do Vouga	310	189	121
Macieira de Alcoba	125	89	36
Macinhata do Vouga	1339	783	556
Óis da Ribeira	349	199	150
Préstimo	331	227	104
Recardães	738	392	346
Segadães	243	134	109
Travassô	619	331	288
Trofa	692	405	287
Valongo do Vouga	1592	905	685

Fonte: Censos de 1940

Demos agora atenção aos valores do Quadro 9. Constatamos que é entre a população dos 7 aos 9 anos que se verifica maior número de indivíduos com a instrução primária, seguindo-se a população dos 10 aos 11 anos. Isto é, conforme vai aumentando a idade diminui o grau de instrução, uma vez que, as raparigas eram aproveitadas para as lides domésticas e para os labores, casando-se em tenra idade, enquanto que os rapazes eram utilizados para a agricultura e para contribuir monetariamente para o rendimento familiar.

QUADRO 9. POPULAÇÃO DE ÁGUEDA COM INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, 1950

Total		< 7 anos		7-9 anos		10-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-19 anos	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
11 231	8320	664	660	7743	6689	4441	2292	994	556	77	22	11	11

Fonte: Censos de 1950.

Na globalidade, os anos 60 não apresentam grandes diferenças, pois Portugal apresentava uma população de 8 869 392, sendo que 3 582 369 eram analfabetos. Sabemos ainda que 1 874 886 sabiam ler, no entanto, não possuíam ou frequentavam nenhum grau de ensino. Apesar do sexo feminino dominar a percentagem de analfabetos, domina igualmente, de forma inversa o número de pessoas que sabiam ler sem a frequência do ensino, isto é, dos 1 874 886, 1 015 366 eram mulheres. No que diz respeito à frequência da instrução primária, podemos dizer que rondava os 2 068 056, dos quais somente 935 481 eram do sexo feminino.

No conjunto do distrito de Aveiro, a população era de 524 592, sendo que 202 413 não sabiam ler nem escrever e 123 630 sabiam ler sem nunca terem frequentado a escola primária, pois só 121 172 pessoas frequentavam a instrução elementar.

Em Aveiro havia uma população da faixa etária entre os 7 e os 9 anos de 33 922, dos quais 916 não sabiam ler, 328 sabiam ler, mas nunca frequentaram a instrução primária e 530 frequentavam a escola. Dos 10 aos 13 anos a população era de 43 645, sendo que 880 eram completamente analfabetos, 2758 dominavam a leitura, mas sem nunca terem ido à escola e 15 334 frequentavam a instrução primária. Da população com mais de 40 anos, havia uma taxa de analfabetismo de cerca de 80 165, e de 53 877 de população sem possuir nenhum grau de ensino ou frequência escolar, já os que tinham frequentado a escola com mais de 40 anos eram 28 214 homens e 26 562 mulheres.

O concelho de Águeda possuía uma taxa de analfabetismo entre os 7 e os 40 anos de 8806, 715 homens e 1656 mulheres. Já com mais de 40 anos os analfabetos rondavam os 5143, 1283 homens e 3860 mulheres. Por sua vez, a taxa da população entre os 7 e os 40 anos, sem qualquer grau de ensino ou de frequência escolar era de 4505; com mais de 40 anos era de 3889. Nesta mesma década, o número de população que possuía instrução primária com mais de 40 anos ficava-se pelos 3570, dos quais 1874 eram homens e 1696 mulheres.

Com o crescimento da rede de escolas e dos postos escolares verificou-se, a partir de 1930, um aumento significativo do número de alunos que frequentavam o ensino primário. No país, entre 1930-1931 e 1968-1969, o número de inscritos aumenta de 422 624 para 912 298. No distrito de Aveiro, considerado por Manuel Nazareth de *Muito Jovem*, verificamos que no mesmo período de 1930-1931 a 1968-1969, o número de discentes matriculados no ensino primário aumenta de 28 562 para 67 325, um aumento de 38 763 alunos. Verificamos ainda, ao olharmos para o Quadro 10, que durante a década de 40 houve um retrocesso de alunos inscritos. Este fenómeno estará relacionado com os problemas criados pela II Guerra Mundial, em que Portugal não participou ativamente, mas sofreu as consequências das dificuldades de

comunicações, de açambarcamentos, etc. Houve pois um retrocesso económico, passando Portugal (e o distrito de Aveiro) por uma situação de grandes dificuldades.

QUADRO 10. PROGRESSÃO DAS MATRÍCULAS, 1930-1969

Anos Letivos	Portugal	Aveiro	Anos letivos	Portugal	Aveiro
1930/31	422 624	28 562	1954/55	775 526	48 823
1932/33	420 499	28 567	1956/57	799 935	50 864
1934/35	428 698	28 975	1958/59	815 932	–
1936/37	448 587	29 523	1960/61	846 024	57 261
1938/39	462 854	29 239	1962/63	–	–
1940/41	554 892	36 311	1964/65	850 105	59 001
1942/43	542 925	35 333	1966/67	843 926	60 654
1944/45	528 109	33 644	1968/69	912 298	67 325
1946/47	533 344	33 352	–	–	–
1948/49	561 298	35 746	–	–	–
1950/51	609 909	39 468	–	–	–
1952/53	726 498	46 647	–	–	–

Fonte: Estatísticas da Educação

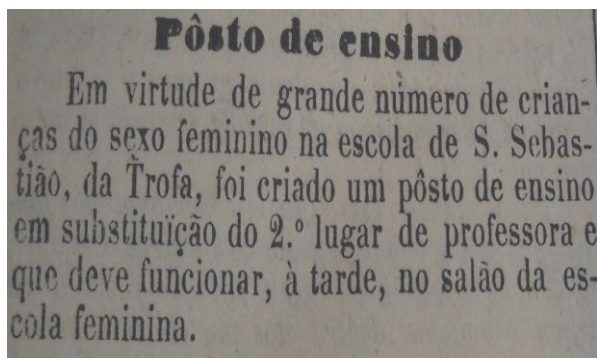
3.1.1. OS POSTOS ESCOLARES

Para António Nóvoa (1996: 286-287), durante o Estado Novo são adotadas quatro linhas fundamentais em relação à política do ensino e da alfabetização: “a compartimentação do ensino (separações dos sexos e dos grupos sociais); um realismo pragmático que tenta ajustar a oferta educativa à procura social, de acordo com uma lógica de nivelamento por baixo dos próprios conteúdos básicos transmitidos; um centralismo administrativo que reforça os mecanismos de controlo da atividade dos docentes; por fim, uma desprofissionalização do professorado, através da desqualificação das bases profissionais e científicas da docência”. Segundo Maria Filomena Mónica (1978), a situação da educação em Portugal, se nunca foi boa, agudizou-se com o Estado Novo, pois em 1936 o Governo decretou o encerramento das escolas do magistério primário, prejudicando assim a formação de novos profissionais do ensino, medida que foi mantida até 1942. A instrução pública obrigatória passou a ser apenas de 4 anos, dos 7 aos 11 anos e, como se não bastasse, construiu os chamados “postos escolares”, que deveriam assim substituir as escolas elementares.

Os postos escolares são criados em 1931, cerca de dez anos antes do Plano dos Centenários, através do Decreto-Lei 20 604, de 30 de novembro. Segundo este diploma “o problema da educação popular só pode ser resolvido – e há-de sê-lo dentro do vasto programa de reconstrução nacional já aprovado – por meio da maior difusão de postos escolares, de forma

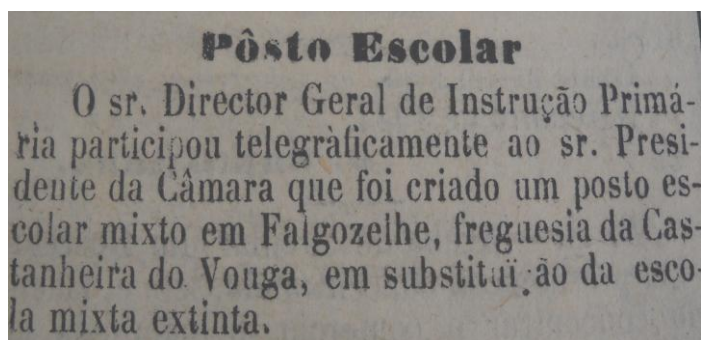
embrionária da escola elementar”. Permanecia, pois, a consciência de que existia um grande número de analfabetos e, uma quase inexistência de docentes qualificados para o provimento de uma rede escolar, também ela insuficiente e a precisar de urgentemente consolidação, uma vez que se considerava que a instrução primária elementar era devida a todos.

4. “POSTO DE ENSINO”



Fonte: *Soberania do Povo*, n.º 4985, de 18-02-1938, p. 3, c. 1.

5: “POSTO ESCOLAR”



Fonte: *Soberania do Povo*, n.º 4982, de 28-01-1938, p. 3, c. 1.

Com os postos escolares, apareceram também os regentes escolares, com actividade e estatuto regulamentados em 1936, através do Decreto 25 797. No entanto, estes mestres do ensino já vinham a exercer funções docentes desde o início da década: em 1936 constituíam 9% do total do pessoal docente.

Estes regentes escolares, segundo Rómulo de Carvalho (1996: 736), “eram escolhidos entre pessoas a quem não se exigia qualquer habilitação, mas apenas a comprovação de possuírem a necessária idoneidade moral e intelectual. Assim se procedeu, de facto”.

No concelho de Águeda, em conformidade com o que se passava com o resto do país, os postos escolares funcionavam em instalações adaptadas, sem qualquer tipo de requisitos mínimos e, em vez de professores, os responsáveis com a instrução primária eram os regentes escolares, sem qualquer tipo de preparação para o ministério do ensino, mas com idoneidade

moral corroborada. As instalações usadas como postos de ensino eram maioritariamente casas disponibilizadas por particulares e pelas autarquias locais, em que eram realizados pequenos concertos e adaptações no sentido de se criarem as condições para a prática pedagógica.

Num artigo publicado em 18-05-1940, na *Soberania do Povo*, em grandes parangonas – *Combate ao analfabetismo* –, dizia o seguinte em relação à criação dos postos escolares:

[...] a criação dos postos de ensino foi uma medida de extraordinário alcance que não pouco influiu no desenvolvimento verificado no ensino primário (...). O professor do ensino primário em 1930, 7177; em 1940 (sem contar com a expansão do ensino particular), incluindo regentes, 12 545, diferença para mais de 5368, ou seja, um aumento de 74%. Dotação orçamental para as escolas primárias: em 1930-1931, 72 531 146\$00; em 1940, 101 465 400\$00, diferença para mais de 28 934 254\$00, isto é, um acréscimo de 39% [...]. Crianças matriculadas nas escolas oficiais em 1930 eram 314 653 (cerca de 60 000 frequentam hoje o ensino particular); em 1940, 506 425, diferença para mais de 161 772, quer dizer um aumento de 46% [...]”.

No Quadro 11 e nas fotografias 4 e 5 podemos constatar que em Águeda foram construídos postos escolares especialmente nas freguesias menos populosas e mais distantes. No que diz respeito aos regentes escolares que ocupavam lugar de docentes nos postos de escolares, exigia-se como já temos vindo a afirmar, mais do que formação académica, uma irrepreensível conduta moral e uma adesão absoluta aos princípios do Estado Novo. O Decreto 20.604, no art.º 3.º estabelecia que, para a regência de cada posto escolar seria “designada pelo Ministério da Instrução Pública pessoa que para o efeito possua a necessária idoneidade moral e intelectual”.

Esta nova figura – o Regente Escolar – é vista por alguns como um descrédito para o ensino. No dizer de Áurea, Adão (1984: 136), “[...] em 1930-31, entra em vigor uma nova reforma que representa um enorme retrocesso, mas que no dizer, do Diploma, se encontra de acordo com os objetivos da Ditadura, isto é, de uma simplificação dos serviços públicos”. Por sua vez, Paulo Guinote (2006: 113), entende que “sem a sua ação, o avanço da alfabetização em Portugal, sempre muito lento, teria sido ainda mais precário”.

QUADRO 11. POSTOS ESCOLARES EM ÁGUEDA

Anos	Lugar – Freguesia	Anos	Lugar – Freguesia
1935	Bustelo – Aguada de Cima	1948	Escola Fem de Arrancada do Vouga
1935	Chãs – Macinhata do Vouga	1949	Avelal – Castanheira do Vouga
1935	Salgueiro – Valongo do Vouga	1951	Salgueiro – Valongo do Vouga
1936	S. Martinho – Aguada de Cima	1951	Préstimo – Préstimo
1936	Carvoeiro – Macinhata do Vouga	1951	Giesteira – Águeda
1937	Forcada – Aguada de Cima	1952	Bolfiar – Águeda
1938	Falgozelhe- Castanheira do Vouga	1951	Giesteira – Águeda
1938	S. Sebastião – Trofa	1952	Bolfiar – Águeda

1940	Recardães – Recardães	1952	Casal de Álvaro -
1944	Serém	1952	Barrô – Barrô
1944	Belazaima do Chão	1953	Barro – Barrô

Fonte: Soberania do Povo e Independência de Águeda.

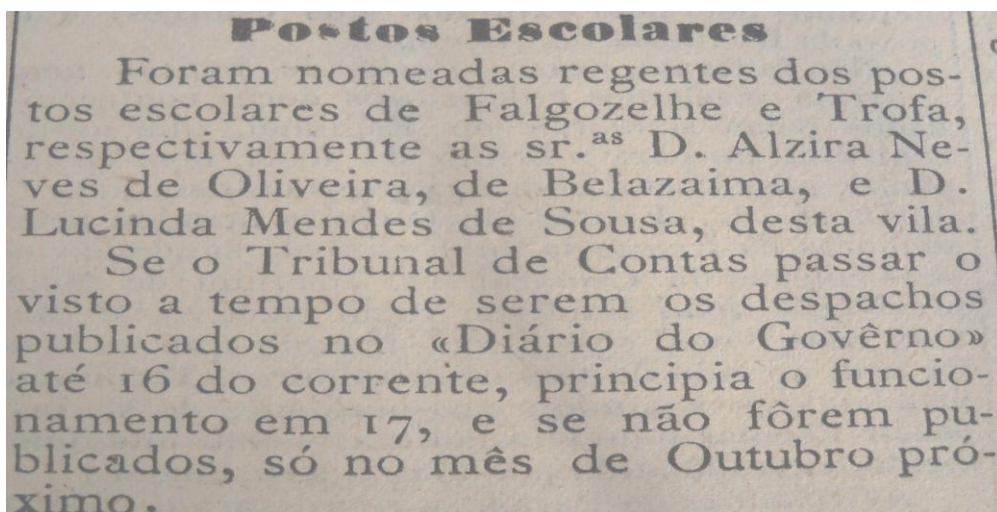
Ao considerarmos o Quadro 12, verificamos que de 1930 a 1950, a grande maioria (80%) dos regentes escolares são mulheres. Na década de 60, as mulheres tornam-se praticamente a totalidade deste tipo de agentes instrutivos, tornando-se o ensino primário uma profissão feminizada.

Com o fecho das Escolas do Magistério Primário, os professores começaram a escassear, agravando-se a situação na década de 40, com as construções do Plano dos Centenários. Paralelamente, o número de regentes escolares ia aumentando, nomeadamente regentes femininos, e Águeda não foi exceção. Os números apresentados baseiam-se em pesquisas feitas nos periódicos locais, embora não sejam dados completamente fidedignos, mostram com clareza a situação do ensino em Portugal, especialmente esse fenómeno a que já aludimos: a feminização do ensino primário. Segundo notícia publicada na *Soberania do Povo*, no dia 9 de fevereiro de 1952 (p. 2, c. 1), em Águeda havia 23 professoras formadas, 37 professores, para 2596 alunos recenseados, 1256 rapazes e 1340 raparigas, distribuídos por 30 escolas com apenas um professor, 10 escolas com dois professores, e 2 escolas com 5 professores, tudo distribuído por 33 lugares das 19 freguesias.

Também a admissão na carreira de regente foi evoluindo. De acordo com Paulo Guinote (2006: 119), nos anos 30 “é relativamente vulgar encontrar mulheres casadas e viúvas, ou mesmo solteiras, mas já acima dos 30 ou 40 anos, progressivamente vamos encontrando cada vez mais regentes jovens, com 16, 17 anos [...]”. Para além, disso auferiam de um ordenado mais baixo, dando-se a penetração da mulher no mercado de trabalho.

Em 1958, dá-se uma reorganização do ensino, com o ministro Leite Pinto, onde é autorizado o aumento de número de alunos inscritos nas escolas do magistério primário, e uma reorganização curricular nestas escolas. Em 1956, já se começava a sentir o mal-estar da situação do ensino em Portugal. Um artigo do jornal “Independência de Águeda”, n.º 290, datado de 15 de setembro de 1956, p.1,2,3, c.1 e 2, dizia o seguinte “(...) o n.º de escolas primárias não chega para garantir a frequência de todos os jovens em idade escolar. Ilógico, pois, qualquer intuito duma obrigatoriedade efetiva em todo o país, desde que previamente não fique garantida a capacidade dos estabelecimentos de ensino público. Outro aspeto dessa realidade é o número de professores existentes, reconhecido como insuficiente para ministrar o ensino com eficiência, certo, como é que há um limite máximo de alunos para cada professor, limite que uma vez excedido inutiliza todo o esforço didático”.

6. “REGENTES ESCOLARES”



Fonte: *Soberania do Povo*, n.º 4987, de 11-03-1938, p. 3, c. 1.

QUADRO 12. REGENTES ESCOLARES, 1930-1970

Anos	Masculinos	Femininos	Águeda		Total
			Femininos	Masculinos	
1930	–	953	5	1	953
1940	473	2419	12	1	2892
1950	142	3119	6	0	3261
1960	147	6275	0	0	6422
1970	–	–	–	–	–

Fonte: *Soberania do Povo*; *Independência de Águeda* e Mineiro, 2007.

O mesmo artigo continua: “escolas insuficientes e professores em número bastante reduzido constituem portanto os pressupostos necessários para uma tentativa séria de reforma do ensino, conducente à abolição do analfabetismo. Realizadas essas condições basilares pode-se pensar, embora ainda, imperfeitamente, na obrigatoriedade da frequência escolar (...)”.

7. NOVA PROFESSORA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO



Fonte: *Soberania do Povo*, n.º 5999, de 16-08-1959, p. 1, c. 5-6.

3.1.2. OS EXAMES NO ENSINO PRIMÁRIO

Os exames foram muito importantes (e controversos) na escola primária do Estado Novo. Desde 1930, que os exames foram regulamentados, através do Decreto n.º 18 414, de 2 de junho de 1930. Um mês antes da publicação do referido decreto já muito se discutia a sua importância. Num artigo publicado na *Soberania do Povo* (n.º 4601, de 3 de maio), referia o seguinte sobre da questão dos exames:

Há quem defenda e quem condene (como sempre) aqueles exames. Conhecemos-lhes muitas vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens, por exemplo, consiste em as crianças, satisfeitas (elas, e os pais) com o primeiro diploma, abandonarem a escola, ficando assim com uma instrução imperfeita, que brevemente se lhes apaga [...]. Mas aqueles exames têm também muita razão de ser, e enfadonho seria estar agora a enumerar-lhes as vantagens.

Um mês depois da publicação do Decreto-Lei n.º 18 413, de 2 de junho de 1930, alguém publica na *Soberania do Povo* (n.º 4660, de 18 de Julho) o seguinte:

[...]. O Decreto-Lei n.º 18 413, que contém disposições reguladoras da execução das provas de exames de 2.º grau, é um documento que dignifica o seu autor. Nele se proíbe ao examinador o mínimo comentário irónico a qualquer resposta do examinando, por mais disparatada que ela pareça (...). Isto afinal, cremos nós, está no espírito de todos os examinadores que se prezem, pois sabem, estes,

também, a quantos sacrifícios se não poupam, para levar um educando a exame [...].

Nesse mesmo mês, são publicados dois anúncios, de que destacamos o seguinte texto:

Os diretores das escolas oficiais, dos colégios ou cursos particulares com existência legal, remeterão de 10 a 15 de junho à inspeção escolar da região, ou do círculo a que pertencem, relação dos alunos que julgarem aptos a prestar provas do exame do 2.º grau [...]. Das relações modelo 4, devem constar o nome, filiação, naturalidade, residência, data de nascimento e da matrícula na escola de cada aluno [...]. Os alunos do ensino particular e doméstico, têm ainda de juntar atestado de vacina. Os exames constarão de provas escritas, práticas e orais [...] (*Soberania do Povo*, n.º 4606, 14-06-1930, p. 1-2, c. 4).

Ainda segundo os referidos anúncios, em 1930, no concelho de Águeda foram ao exame do 2.º grau 139 alunos, dos quais 102 ‘homens’ [sic] e 37 ‘mulheres’.

Um outro texto do mesmo jornal, anunciava:

Começaram os exames do 2.º grau nas escolas da vila. A elas afluem de todo o concelho dezenas de crianças. Umas são vividas, irrequeitadas, trazem no olhar aquele sorriso [...]. Outras são tímidas, bisonhas, chegam da sua pequena aldeia remota, o ar lavado, domingueiro [...]. O exame é para elas um ato solene [...] (*Soberania do Povo*, n.º 4660, 18-07-1931, p. 2, c. 3).

O Quadro 13 dá-nos uma visão dos resultados dos exames do 2.º grau de 1934, por escolas das diversas freguesias do concelho de Águeda. Como podemos ver, a escola que mais alunos apresenta com aproveitamento é a escola de Macinhata do Vouga (22 alunos), seguida da escola de Recardães (15 alunos) e da escola da Trofa-S. Sebastião (12 alunos).

O número de alunos apresentado em 1930 (139 alunos) e o número de 1934 (102 alunos) não nos permite tirar conclusões seguras, uma vez que os números apresentados em 1930 dizem respeito a todos os alunos que realizaram exame do 2.º grau, com aproveitamento ou não, e o número apresentado em 1934 é referente a alunos que realizaram o exame, e que simultaneamente tiveram aproveitamento. Quanto ao género, também não podemos comparar, uma vez que os números de 1934 são apresentados em conjunto. Em 1935, realizaram exame do 2.º grau 226 alunos de ambos os sexos; em 1936, 118; em 1938, 361.

QUADRO 13. ALUNOS (102) APROVADOS NO EXAME DE 1934

Escolas	N.º	Escolas	N.º
Belazaima do Chão	5	Valongo do Vouga	3
Castanheira do Vouga	1	Aguada de Cima	2
Massadas	3	Aguada de Baixo	3
Fermentelos	7	Óis da Ribeira	1
Macinhata	22	Espinhel	3
Trofa	12	Casal de Álvaro	5
Travassô	7	Recardães	15

Macieira de Alcoba	5	Giesteira	2
Sernada	3	Fontinha	2
Serém	1	Valongo do Vouga	3

Fonte: Soberania do Povo, n.º 4813, 24-08-1934; n.º 4810, 3-08-1934; n.º 4812, 17-08-1934.

No distrito de Aveiro, em 1939, prestaram exame 4722 alunos, dos quais 2918 masculinos e 1903 femininos. Desse total, 4211 frequentavam o ensino público (2797 meninos e 1414 meninas); 68 frequentavam o “ensino doméstico” e 104 eram do ensino particular, 54 dos quais meninos e 60 meninas.

Como podemos verificar pelo Quadro 14, com exceção dos distritos de Lisboa e Santarém, são os distritos do norte que levam mais alunos a exame, isto porque, é no norte que se concentra a maior massa populacional.

QUADRO 14. ALUNOS QUE REALIZARAM EXAME DO 2.º GRAU EM 1934

Aveiro	2493	Évora	952	Porto	6281
Beja	1009	Faro	1928	Santarém	2252
Braga	2089	Guarda	1990	Setúbal	1272
Bragança	1176	Leiria	1367	Viana do Castelo	1280
Castelo Branco	1768	Lisboa	8163	Vila Real	1338
Coimbra	2129	Portalegre	1086	Viseu	2551

Fonte: *Soberania do Povo*, n.º 4808, 20-07-1934.

O Gráfico 5, construído com informações da *Soberania do Povo* de 1934, mostra-nos uma progressão positiva do número de alunos que realizaram exames do 2.º grau na instrução primária. Desde 1930, ano em que os exames foram regulamentados, os alunos matriculados passaram de 26 000 para 40 100 em 1934. Verificamos igualmente que o salto maior se deu entre 1931 e 1932 (cerca de 7000 alunos).

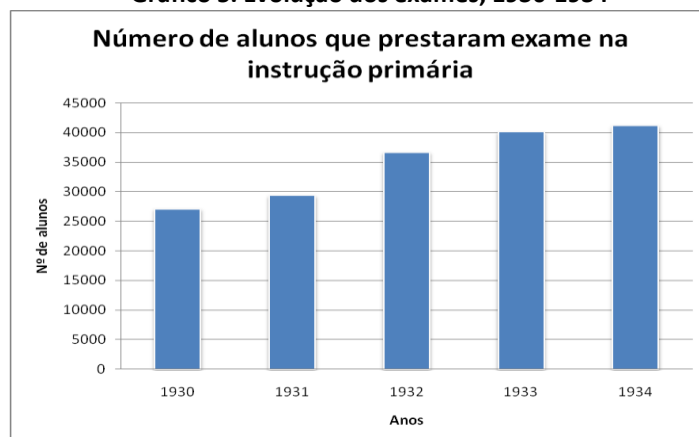
No que diz respeito aos exames do 2.º grau no concelho de Águeda, no ano de 1935, o mesmo jornal anuncia:

principiam no próximo dia 15 do corrente, pelas 9 horas da manhã, estes exames. São em número de 226 os examinandos de ambos os sexos. Há quatro júris: 2 masculinos, 1 feminino e 1 misto. Os júris masculinos funcionam na escola Conde Ferreira, e o feminino e misto na escola feminina”.

O mesmo artigo continua ainda com algumas advertências, a salientar:

o examinando que faltar à chamada só pode ser admitido à prestação de provas, mediante o pagamento de uma propina de 20\$00 (*Soberania do Povo*, n.º 4845, de 26 de abril de 1935).

Gráfico 5. Evolução dos exames, 1930-1934



Fonte: *Soberania do Povo*, n.º 4808, 26-07-1934.

Na escola feminina de Travassô, como noutras escolas do concelho, o número de alunos de ambos os sexos que prestaram provas foi aumentando sempre: 28, em 1941; 240, em 1948, e 270, em 1948.

No ano de 1949, só temos dados referentes ao concelho. Mesmo assim, é possível afirmar que o número de alunos aumentou substancialmente, sendo de 435 nesse ano, e destes apenas reprovaram 3. Nos anos 50, sabemos que, em 1950, foram a exame do 1.º grau 275 alunos e, em 1952, 465, 276 rapazes e 189 raparigas. O número dos alunos que realizaram provas do 2.º grau era um pouco inferior: 298 (193 meninos e 105 meninas). Em 1954, realizaram provas do 2.º grau 354 alunos. Atente-se no facto de que, em 1953, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 38 969, dos 99 homens adultos e 13 mulheres levados a exame apenas tiveram aproveitamento 29 homens e nenhuma mulher.

No período compreendido entre 1948 e 1959, o exame do 1.º grau era realizado na 3.ª classe e o do 2.º grau na 4.ª classe, que permitia deste modo a conclusão do ensino elementar.

A nomeação dos júris dos exames do 1.º grau do ensino primário elementar, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 27 735, de 27 de maio de 1937, era da competência dos inspetores-chefes das regiões escolares ou dos inspetores dos círculos e cada júri era constituído pelo diretor do distrito escolar ou por um professor seu delegado, que seria o presidente e um secretário escolhido de entre os professores das escolas da freguesia onde os exames se realizavam ou de outra escola das redondezas.

Os júris dos exames da 4.ª classe eram nomeados pelos diretores dos distritos. Em regra, a presidência dos júris não recaía em anos consecutivos nos mesmos professores. Cada júri tinha um presidente e dois vogais, todos eles indicados de entre os professores de ensino primário em exercício.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 44 378, de 30 de maio de 1962, os exames da 4.ª classe sofrem alterações. Segundo este diploma, os exames realizar-se-iam nas sedes de concelho e em localidades de fácil acesso, desde que se pudessem concentrar, pelo menos, 72 alunos pertencentes a escolas de povoação próxima. Também poderiam ser realizados exames

nas escolas que funcionassem junto de empresas particulares, desde que as respetivas direções o requeressem junto do Ministério da Educação Nacional, por intermédio das direções dos distritos escolares e arcassem o comprometimento pelo pagamento das respetivas despesas com as deslocações dos júris e o expediente de exames. Esta medida provocou um aumento do número de alunos, no ano de 1962-1963 e nos seguintes.

Desde que os exames do 2.º grau e da 4.ª classe ficaram regulamentados o número de alunos foi aumentando, embora ainda fossem números muito aquém do desejado.

3.2. O ALARGAMENTO DA REDE ESCOLAR EM ÁGUEDA

Pela Presidência do Conselho acaba de ser aprovado o *Plano dos Centenários* para o Ensino Primário. É indubitavelmente a maior realização escolar concebida no nosso país (*Soberania do Povo*, n.º 5237, 10-04-1943).

A partir dos anos 40, verificamos que o concelho de Águeda acompanhou a tendência que se verificava no resto do país. Como sabemos, o regime sentiu a necessidade, desde o início, de alargamento da rede escolar, para que a escola chegasse ao maior número possível de cidadãos, por forma à inculcação paulatina da sua ideologia. No entanto, e devido a vários constrangimentos, não foram construídas no prazo muitos edifícios e de salas de aula previstos no Plano dos Centenários.

O Estado Novo encontrou um parque escolar escasso e em condições precárias (cf. Anexos 8, 9 e 10). Os edifícios escolares eram na sua maioria propriedade do Estado ou das Câmaras Municipais. No entanto, alguns destes edifícios foram construídos graças ao esforço das populações locais, ou de benfeitores, muitas vezes em troca de uma colocação para um filho ou para alguém próximo (cf. AJFVV, *Actas*, 1914-1916).

A rede escolar foi aprovada a 20 de maio de 1938 com a Lei n.º 1969, porém, este trabalho prolongou-se por mais dois anos, daí resultando, em 1940, um plano de construção de escolas primárias, como se pode ler no excerto deste texto, emanado do Conselho de Ministros de 15 de julho de 1941, da autoria de Salazar:

O plano de construção de escolas primárias foi aprovado pelo Governo, nas suas linhas gerais, em Dezembro de 1940, e essa aprovação ratificada agora em face dos mapas e especificações organizadas de acordo com as determinações do Conselho de Ministros reunido em 27 de Dezembro. Por aquele motivo se lhe deu, na Lei n.º 1985, o nome de *Plano dos Centenários*, ligando às comemorações dos nossos oito séculos de história a realização de medida de tão largo alcance para a Nação. Embora sobejamente demonstrado, afirma-se mais uma vez por esta forma que o grande jubileu nacional não foi

apenas motivo de solenidades festivas, mas impulso decisivo em numerosíssimas realizações do maior interesse nacional.

3.2.1. AUMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIMÁRIO

O Quadro 15 mostra-nos a evolução do número de estabelecimentos de ensino, de 1930 a 1970-1971, altura em que o ensino passa por uma reestruturação profunda. Inicialmente, construímos um quadro global da distribuição distrital das escolas no nosso país. Uma leitura do mesmo permite afirmar que a distribuição dos estabelecimentos escolares do Ensino Primário, durante o período estudado, privilegia as áreas com maior densidade populacional. De facto, foi nos distritos do norte do litoral centro, os mais populosos, que se construiu um maior número de edifícios escolares.

QUADRO 15. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1930-1970

Anos Letivos	Portugal	Aveiro e Águeda	
1930-1931	7477	463	3
1940-1941	10294	694	28
1950-1951	11127	701	15
1960-1961	17250	1116	22
1970-1971	16401	1072	–

Fonte: AHME, Estatísticas da Educação.

No que diz respeito ao concelho de Águeda, se atentarmos nos números apresentados nos anos 30 e 60, verificamos que é na década de 40 que se dá início às construções escolares, coincidindo com o início do Plano dos Centenários. A partir dos anos 60, o país regista uma evolução em vários domínios, abrindo-se caminho para uma rutura com as políticas educativas, sociais e económicas defendidas até essa altura.

Comparando o distrito de Aveiro com o concelho de Águeda, concluímos que a construção de edifícios escolares neste concelho não foi assim tão acentuada como era de prever. Uma das razões por nós apontada é o facto de o concelho de Águeda se situar numa zona mais altimétrica do distrito, com uma forte tendência agrícola e com poucos recursos viários e rodoviários entre as várias freguesias do concelho. Importava saber se foram apenas essas as razões do menor número de escolas construídas.

O Plano dos Centenários projetava a construção de um maior número de escolas e de salas de aula, privilegiando os distritos onde a população estava em crescimento. A imprensa local, especialmente a mais próxima do regime, estava atenta. Em 2 de agosto de 1941, a *Soberania do Povo* dava conta do projectado para Águeda: “O Estado, com a comparticipação de 50% por parte das Câmaras Municipais, vai construir no país 8240 salas para escolas primárias. No distrito de Aveiro serão construídas 480 e, no nosso concelho, 36, sendo 26 edifícios com uma sala, 7 com duas salas e 3 com 3 salas. Estas construções devem estar concluídas

dentro de 10 anos. A Câmara de Águeda recebeu ofertas de terrenos e madeiras, cal, etc, de algumas Juntas de Freguesia do concelho”.

Relativamente à situação real do concelho de Águeda, não só contabilizámos os edifícios construídos de raiz, como também aqueles que sofreram grandes modificações, com ampliação e construção de mais salas, fazendo uma viagem desde o começo dos anos 30 até 1970. Como podemos observar no Quadro 16, o concelho de Águeda construiu vários edifícios escolares, ampliou e reparou outros tantos. Essas obras de beneficiação consistiram maioritariamente no acrescento de salas novas aos antigos edifícios, sua eletrificação e, em alguns casos, na construção de cantinas.

Observando o quadro da página seguinte, atentemos apenas nos totais: 3 novos edifícios na década de 30; 4 na década de 40; 15 na década de 50 e 17 na década de 60. Como se pode ver, o Estado Novo apenas aumenta o número de escolas a partir dos anos 50. A mesma estatística vale para as obras de reparação, ampliação e de beneficiação diversa: 30 – 5; 40 – 7; 50 – 12; 60 – 7. Deste modo, não se estranha que apenas três pedidos tenham sido feitos e, não realizados na década de 30.

Atendendo às dificuldades sentidas e ao número de habitantes, bem como ao número de crianças em idade escolas, não obstante o esforço realizado, a expansão da rede escolar ficou aquém das necessidades e das expectativas no concelho.

Nos anos 50, construíram-se 15 edifícios escolares e repararam-se 11. Nestas obras de beneficiação foram construídas 3 cantinas que ofereciam uma refeição quente a cada aluno pobre, combatendo assim insuficiências alimentares.

QUADRO 16. CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES EM ÁGUEDA, 1931-1970

Freguesias	31-40	41-50	51-60	61-70	Freguesias	31-40	41-50	51-60	61-70
Agadão			1 2		Lamas do Vouga	1		2	2
Aguada de Baixo		1 2	2		Macieira de Alcoba			1	
Aguada de Cima		2	1		Macinhata do Vouga	2 2	2	1	1 1 2
Águeda	1		1 2 2	1 1 1 2	Óis da Ribeira		1	2	
Barrô	3		1		Préstimo	3		1 1 2	1 1
Belazaima do Chão			1 2		Recardães		2	2	
Borralha			1 2		Segadães	3		1	
Castanheira do Vouga			1	1 1 2	Valongo do Vouga		1 1 2 2		1 1 1 1 2
Espinhel	2		1 1 2	1 1	Trofa	1			1 2
Fermentelos	2 2	2	1 2	1 2					

Legenda: 1 novos edifícios construídos; 2 Obras de reparação, ampliação e de beneficiação; 3 Edifício não construído no ano do seu pedido. **Fonte:** Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

Antes da construção das cantinas, Águeda e as crianças pobres do concelho beneficiavam da “sopa escolar”. Esta instituição providenciava, de vez em quando, uma refeição ou agasalho nos meses frios do ano. A “sopa escolar” era patrocinada por alguns beneméritos da região. Pelos nomes, é possível afirmar que eram notáveis republicanos, a começar pelo Sucena e pelo fundador e diretor da republicana *Independência de Águeda*, Dr. Eugénio Ribeiro (curiosamente, a *Soberania do Povo*, alinhada com o regime, não identificava os beneméritos quando publicava o dinheiro colectado para este efeito):

Sopa escolar. Dinheiro recebido: Condes de Sucena (2 trimestres), 120\$00; António de Sousa Sucena (*idem*) 20\$00; Oficiais e sargentos da ECS 472\$00; Joaquim Ferreira Rolo, de Travassô, 8\$00; ER (Outubro e Novembro) 5\$00. Total 625\$00. Despesa: entregue à irmã Superiora, 300\$00. De Eugénio Ribeiro (Tesoureiro) (*Independência de Águeda*, n.º 75, 21-11-1931, p. 3 c. 3).

De 1961 a 1970, assistiu-se a um grande incremento das construções escolares no concelho de Águeda – 17 edifícios novos e apenas 7 obras de reparação ou ampliação. Este facto permite-nos concluir que, não obstante a maior capacidade concretizadora do regime, muita legislação (não saía ou) demorava a sair do papel. Por essa razão, as obras do Plano dos anos 40 só foram concluídas duas décadas depois. Para essa expansão da rede escolar terá contribuído o crescimento económico dos anos 50-60, a entrada das divisas dos emigrantes, bem como a maior atenção dada às questões educacionais, coincidindo com a passagem da escolaridade obrigatória para 6 anos. É de notar que muitas destas construções nem sempre eram realizadas exclusivamente com dinheiros públicos, pois muitas vezes, as eram produto de doações de terrenos e de dinheiros de mecenas vários, que posteriormente viam os seus nomes nas inscrições dos edifícios.

3.2.2. O PLANO DOS CENTENÁRIOS NO CONCELHO DE ÁGUEDA

Não nos podemos esquecer de que 1940 foi um ano muito significativo na construção do edifício ideológico nacionalista do Estado Novo. Além da comemoração do centenário da fundação do reino de Portugal (1140), festejou-se igualmente, o centenário da “Restauração da Independência” (1640). Houve celebrações por todo o país, nomeadamente nas escolas do concelho de Águeda, como a imprensa bem mostra:

O Duplo Centenário de 1940 será, além de um ato político de interesse universal, dado o papel que o nosso país representou na história da civilização; além de um ato cultural de expressão ecuménicas, caracterizada pela ostentação internacional dos congressos e das manifestações do espírito; uma festa popular, festa das ruas e das praças, dos campos e do mar, em que vibrarão a alegria, a espontaneidade, o vigor, o entusiasmo ardente, o instinto heróico do povo português (Júlio Dantas, “1940”, *Soberania do Povo*, n.º 5078, 13-01-1940).

No mesmo jornal de 27 de janeiro de 1940, com o título “Colaboração de todos os portugueses nas Festas de 1940”, António Ferro apelava aos professores para que, “nas suas cátedras” fossem “os apóstolos dos centenários junto dos estudantes portugueses, a quem ensinarão, todos os dias, o significado das comemorações de 1940”. Parece evidente o propósito ideológico nas palavras deste líder do regime. Como se sabe, a escola funciona num edifício onde se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. No entanto, como temos vindo a mostrar nem sempre foi assim. Ao nível da educação, as alterações políticas da Ditadura Militar brotaram de forma quase imediata, fazendo-se sentir, em primeiro lugar no ensino primário. Também sabemos que Salazar atribuía limitada importância às questões do ensino primário e às escolas oficiais. A principal função da escola, já o dissemos, não era ensinar as crianças a ler mas educá-las politicamente para que se tornassem adultos submissos.

Os edifícios escolares produziam naquela altura um grande impacto político, social e cultural, quer a nível nacional, quer a nível regional. Para o regime eram excelente propaganda, pois, apesar de a instrução do povo não ser uma questão primordial, os novos edifícios escolares eram apresentados como “obra” do Estado Novo.

Foram então aprovadas as Escolas dos Centenários, designação tornada oficial pelo art.º 7.º da Lei n.º 1985, de 17 de dezembro de 1940. O Plano tinha como objetivo abarcar a organização e a instalação de todos os estabelecimentos de ensino primário essenciais à instrução do povo português, para que nenhuma criança deixasse de ter escola, que deveria funcionar num edifício próprio ao seu bom funcionamento.

A construção destas escolas foi levada a cabo pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas. Até final da década de 1950, foram construídos mais de 7000 edifícios escolares novos e 12 000 salas de aula. A construção de escolas prosseguiu até meados da década de 1960. Quase todas as vilas e aldeias de Portugal passaram a dispor de um ou mais edifícios escolares, o que permitiu diminuir drasticamente o analfabetismo e aumentar o ensino obrigatório de três para quatro anos, em 1960, e para seis anos, em 1967.

Ainda hoje, muitas dessas escolas do Plano dos Centenários estão em funcionamento como escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico, outras foram desativadas e convertidas em museus, restaurantes, estabelecimentos hoteleiros e outros. As escolas do Plano dos Centenários, com a sua arquitetura típica, acabaram por se tornar numa imagem de marca de Portugal do Estado Novo, existindo ainda hoje, uma dessas escolas em quase todas as localidades do país. Os edifícios foram concebidos e depois construídos, segundo o estilo arquitetónico “Português Suave”, associando características da arquitetura tradicional. Até 1955, estes edifícios incluem elementos arquitectónicos característicos das regiões em que foram construídos. Esses elementos podiam ser chaminés, janelas em arco.

Queremos aqui salientar que, para a implantação deste plano, em 15 de julho de 1941, em conformidade com o despacho do Conselho de Ministros, no artigo IV, Salazar refere o seguinte, “as bases pedagógicas do Plano referem-se, sobretudo, aos seguintes pontos:

- função da escola primária; extensão e exigências do ensino;
- separação dos sexos ou coeducação;
- número de crianças em cada sala;
- número máximo de salas em cada edifício;
- localização da escola, ou seja, a definição da sua zona de influência determinada pela distância máxima que a criança pode ser obrigada a percorrer para frequentar a escola, em princípio sem prejuízo da ligação à freguesia da residência.

Entendeu-se que a criança poderia:

- percorrer até 3 km para frequentar a escola,
- que a lotação normal de cada sala não deveria, em harmonia com a capacidade de trabalho do professor, exceder quarenta alunos e que
- nenhum edifício deveria possuir mais de quatro salas de aula, com exceção dos grandes centros urbanos”.

O Despacho do Conselho de Ministros, de 15 de julho de 1941 art.º 1.º salienta que “a necessidade de um plano de construções para escolas primárias foi vivamente sentida, quase desde o princípio pelo Governo da Revolução Nacional. A verdade é que o país não possui os edifícios necessários para o ensino de toda a população escolar [...], nem todos possuem o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas que se suporia absolutamente indispensável”. Para se minimizar esta situação, em 1943, é elaborado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações e pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o *Mapa Definitivo dos Planos dos Centenários*, com indicação do número de salas necessárias para completar a rede de escolas primárias e o número de edifícios a construir a nível nacional:

QUADRO 17. MAPA DEFINITIVO DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES DO PLANO DOS CENTENÁRIOS, 1943

Distrito	Salas	Edifícios							
		1 Sala	2 Salas	3 Salas	4 Salas	5 Salas	6 Salas	8 Salas	Totais
Aveiro	493	194	106	13	12	—	—	—	325

Fonte: Despacho do Conselho de Ministros de 15 de julho de 1941, Plano dos Centenários.

Estes números apresentados, segundo o referido Despacho, incluem as salas de aulas a construir quer por ampliação, quer construção de novos edifícios. Como vimos, nos anos 40 notou-se um incremento de construções de edifícios escolares. Porém, eram construções de pequenas dimensões, com um número pequeno de salas, excluindo os grandes centros urbanos que possuíam edifícios com cinco ou mais salas.

De seguida, observamos o mapa que saiu do mesmo despacho, mas no que diz respeito a todos os conselhos de Aveiro, dos quais nos interessa particularmente o concelho de Águeda (Anexo 1).

QUADRO 18. MAPA DEFINITIVO REFERENTE AO CONCELHO DE ÁGUEDA

Salas	Edifícios							
	1 Sala	2 Salas	3 Salas	4 Salas	5 Salas	6 Salas	8 Salas	Totais
22	12	5	–	–	–	–	–	17

Fonte: Despacho do Conselho de Ministros de 15 de Julho de 1941, Plano dos Centenários.

Da análise do Quadro 18, verificamos que foi planeada a construção de 22 salas de aula no concelho de Águeda. Notámos também, nesta análise, que é no norte do distrito que se verifica o maior número de construções de salas de aula. São, porém, construções de pequenas dimensões, uma vez que a maioria é constituída por edifícios de uma ou duas salas, sendo raras as construções de edifícios com 3 ou 4 salas. Para dar uma ideia mais detalhada do número de construções no concelho de Águeda, apresentamos agora um quadro minucioso do número de edifícios e de salas por todas as freguesias do concelho de Águeda, e suas respectivas localidades.

De um modo sucinto, podemos afirmar que em todo o concelho de Águeda apenas se construíram edifícios de 1 ou 2 salas, sendo a grande maioria apenas de 1 sala de aula.

QUADRO 19. EDIFÍCIOS (E) E SALAS (S) NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ÁGUEDA

Freguesias	Núcleo	Lugares	E: S
Agadão	Lomba	Agadão, Lomba, Bartufo, Caselho, Foz, Guistola, Guistolinha, Alcapaz; Póvoa da Urgueira, Povinha, Vale da Figueira, Vila Mendo, Covo, Felgueira, Lázaro, Sousa, Sobreira	1: 1
Aguada de Baixo	Aguada de Baixo	Toda a freguesia	1: 2
Aguada de Cima	Bustelo	Aguadate, Bustelo, Cadaval, Póvoa de Baixo, S. Domingos, Vale Trigo	1: 1
Águeda	Águeda	Águeda, Ameal, Gravanço, Vale Domingos, Vale Durão	1: 2
	Borralha	Borralha, Randam, Sardão	1: 2
Belazaima do Chão	Belazaima do Chão	Alvarim, Belazaima do Chão, Cegos, Corsa, Folgorosa, Feridouro, Póvoa de Baixo, Póvoa de S. Domingos, Póvoa de Vale do trigo	1: 1
Castanheira do Vouga	Falgoselhe	Igreja, Redonda, Avelal de Baixo, Avelal de Cima, Tuhlada, Vale da Galega, Falgoselhe, Fontão	1: 1
Espinhel	Casal de Álvaro	Casal de Álvaro, Casainho de Baixo, Oronhe	1: 1
Fermentelos	Fermentelos	Fermentelos	1: 2
Macieira de Alcoba	Macieira de Alcoba	Carvalho, Macieira de Alcoba, Ribeiro, Urgueira	1: 1
Macinhata do Vouga	Chãs	Alombada, Chãs, Moita, Mota do Carvalho	1: 1
Óis da Ribeira	Óis da Ribeira	Toda a freguesia	1: 1
Préstimo	Á-dos-Ferreiros	Á-dos-Ferreiros, Chousinha, Ventoso, Arrota, Casal, Varziela, Hortas, Venda Nova	1: 1
	Cabeça de cão	Cabeça de Cão, Carvalhal, Salgueiro, Vale da Égua, Rio de Mação	1: 1
Travassô	Travassô	Toda a freguesia	1: 2
Valongo do Vouga	Valongo do Vouga	Brunhido, Cavadas, Cavadinhas, Carvalhal, Fermentões, Lanheses, Lavegadas, Outeiro, Ribeiro, Sabugal, Toural, Valongo do Vouga	1: 1
	Salgueiro	Á-do-Fernando, Cavadeira, Macida, Moita, Montado, Redondo, Salgueiro, Valcovo	1: 1
Totais			17:22

Fonte: Despacho do Conselho de Ministros de 15 de Julho de 1941, Plano dos Centenários

As escolas do Plano dos Centenários foram construídas de acordo com modelos tipificados, adaptados a cada região, utilizando para isso material típico de cada zona do país, transformando-se assim, na imagem do regime e da localidade.

Em setembro de 1943, foram redigidas na Delegação as instruções para a escolha de terrenos destinados à construção do Plano dos Centenários. Este documento viria a dar orien-

tações aos Municípios para a aquisição de terrenos, a ser aprovados pelos técnicos das Direções de Edifícios. As regras principais eram as seguintes:

- orientação entre Nascente e Sul, com preferência para a banda de Este;
- área não inferior a 2000 m², com uma frente adequada às dimensões das fachadas principais dos edifícios;
- serem planas e facilitarem geologicamente a construção;
- terem postos de água, ou serem abastecíveis facilmente;
- servirem com correção o núcleo que o Plano dos Centenários destinava para a escola.

Em 1949, foi publicado o Decreto-Lei n.º 37 575, de 8 de outubro, que determinava as distâncias mínimas de afastamento a cemitérios (diminuía de 500 metros para 200 metros) e a estabelecimentos considerados insalubres, incómodos, tóxicos ou perigosos. Segundo as normas da Direção Geral de Equipamento Escolar, o dimensionamento das salas de aula dos edifícios escolares tinha que obedecer aos seguintes critérios:

QUADRO 20. DIMENSIONAMENTO DAS SALAS DE AULA

Salas	Alunos	Área de terrenos
1	30	1200 m ²
2	60	1700 m ²
3	90	2250 m ²
4	120	2800 m ²
5	150	3400 m ²
6	180	3900

Segundo o Decreto-Lei n.º 21 697 de 19 de setembro de 1932, as construções das escolas primárias são financiadas equitativamente pela Administração Central e pelas autarquias, mediante aditamento feito pela primeira (tendo as câmaras de proceder ao reembolso num prazo de 20 anos). É de salientar que as verbas para a construção do Plano dos Centenários saem de verbas extraordinárias do Orçamento das Obras Públicas, enquanto que, para a sua manutenção, as verbas saíam do Orçamento da Direção Geral do Ministério da Educação Nacional. Atentemos, agora, no quadro ilustrativo dos custos com a execução do Plano dos Centenários, segundo o referido Despacho do Conselho de Ministros de 15 de julho de 1941.

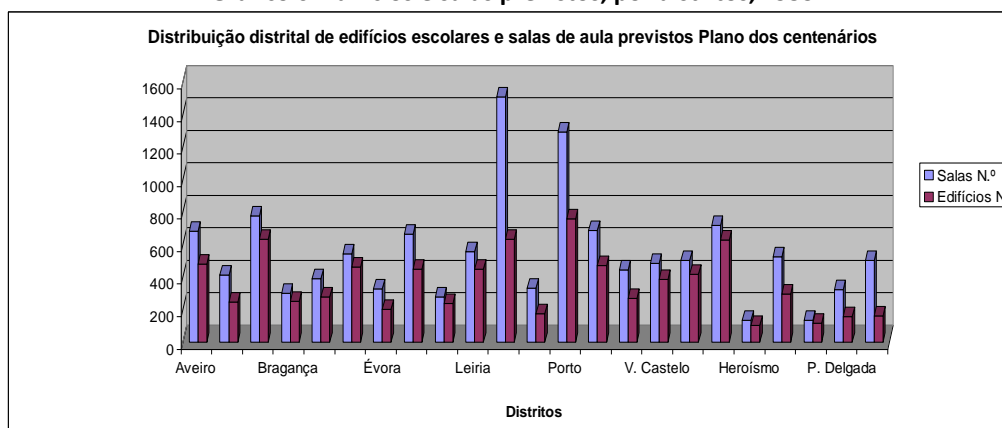
QUADRO 21. CUSTOS PREVISTOS COM O PLANO DOS CENTENÁRIOS

Escolas Primárias	Custos previstos
Construção de 12 500 salas a 28 000\$00 cada;	350 000 000\$00
Mobiliário de 12 500 salas a 4500\$00 cada;	50 000 000\$00
Arranjo de terrenos e outras despesas para 12 500 salas, a 1400\$00	17 500 000\$00
Cantinas Escolares	17 500 000\$00
Estudo, Projetos e Fiscalização (5%)	22 000 000\$00
Imprevistos (10%)	43 000 000\$00
Total	500 000 000\$00

Fonte: Despacho do Conselho de Ministros de 15 de julho de 1941.

Nos anos 50, a execução das construções escolares registou uma enorme disparidade entre os edifícios e salas previstas e as que foram executadas. Para além da não concretização total do Plano dos Centenários, no final dos anos 50, assistiu-se igualmente uma desadequação das propostas desse plano relativamente à nova realidade demográfica portuguesa, pois verificou-se um acréscimo acentuado da população, entre 1940 e 1960, o que se traduziu num aumento da população em idade escolar. Assim, parece-nos que podemos concluir que o número de escolas existentes era insuficiente, funcionando as existentes sobrelotadas, com turmas muito numerosas.

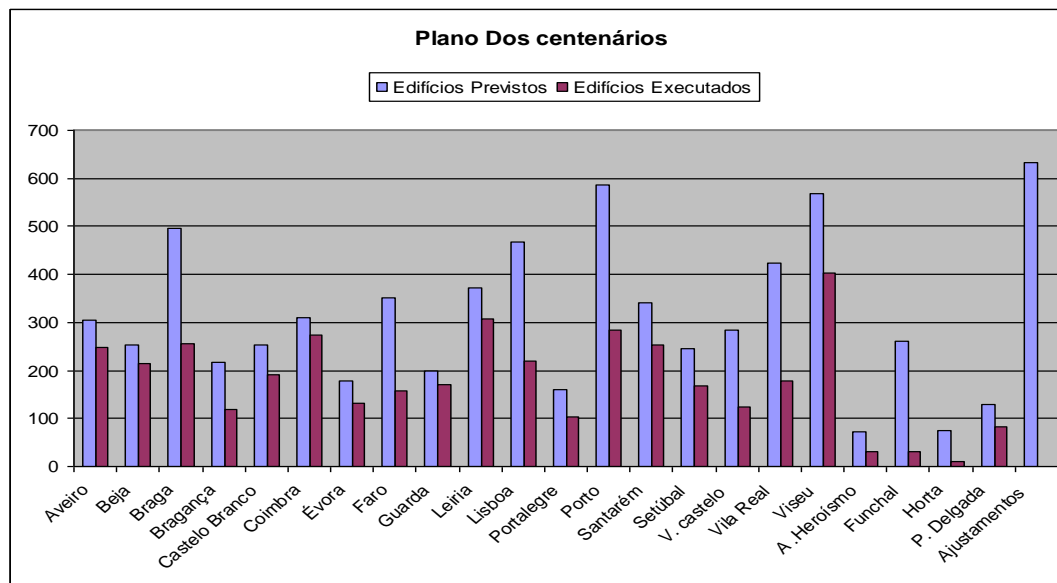
Gráfico 6. Edifícios e salas previstos, por distritos, 1959



Fonte: Texto de apresentação da proposta de lei submetida à Assembleia Nacional e que dará origem à Lei n.º 2107 de 5 de abril de 1961

De resto, o próprio regime não escondia o facto de não ter conseguido executar o programa previsto. Os gráficos que se seguem, mostra-nos de uma forma bastante clara a situação do Plano dos Centenários, por distritos, no ano de 1959.

Gráfico 7. Edifícios previstos e executados, por distritos, 1959



Fonte: Texto de apresentação da proposta de lei submetida à Assembleia Nacional e que dará origem à Lei n.º 2107 de 5 de abril de 1961

Em traços gerais, podemos dizer que, em 1959, a situação de construção de edifícios escolares se ficou por uma execução de 55% e de 66% de execução de salas de aula. Portanto, em todos os distritos a previsão de salas a construir e as que realmente foram construídas ficou aquém do que inicialmente se previa. O distrito de Aveiro não foi exceção, no entanto, o concelho de Águeda, segundo o Plano de Atividades da Câmara Municipal de Águeda para o ano de 1958, publicado na *Soberania do Povo* (n.º 5954, 05-10-1957), diz o seguinte em relação realização da construção do plano dos centenários: “[...]. Podemos afirmar que Águeda é um dos raros concelhos do país que viu construído todos os edifícios escolares previstos no chamado Plano dos Centenários. Isso traz um encargo relativamente elevado às finanças municipais [...]. Não obstante este pesado encargo, temos a satisfação de ver construídos os seguintes edifícios escolares do Plano dos Centenários: Agadão (1 sala), Aguada de Baixo (2 salas), Bustelo (1 sala), Águeda (2 salas), Borralha (2 salas), Belazaima do Chão (1 sala), Falgoelhe (1 sala), Casal de Álvaro (1 sala), Óis da Ribeira (1 sala), A-dos-Ferreiros (1 sala), Cabeça de Cão (1 sala), Valongo do Vouga (1 sala). Também foram recentemente construídos os edifícios escolares de Macieira de Alcoba (1 sala), Fermentelos (duas salas), e Chãs de Macinhata do Vouga (1 sala), edifícios estes que vão ser inaugurados dentro de breves dias, afim de neles funcionarem aulas já em Outubro próximo. O último edifício escolar do Plano dos Centenários do concelho de Águeda está a ser construído em Travassô [...]”.

Calculado para persistir 10 anos, o Plano dos Centenários vigorou entre 1941 e 1961, isto é, o dobro do tempo, tendo sido concretizado parcialmente. Como já tivemos oportunidade de referir, muitas escolas previstas ficaram por construir, devido em parte à falta de atenção por parte do Governo nesta matéria, e também por coincidir com o desenrolar da II Guerra Mundial que afetou a situação financeira de algumas autarquias, e do país em geral.

O *Diário do Governo* (I Série, n.º 107, de 8 de maio de 1961), apresenta o Plano de Construção para o Ensino Primário (atualização do Plano dos centenários), Lei n.º 2107, de 5 de abril de 1961, conforme podemos averiguar pelos quadros apresentados.

QUADRO 22. RESUMO GERAL DO NÚMERO DE EDIFÍCIOS E DE SALAS

Distrito	Edifícios escolares					Totais	
	1 Sala	2 Salas	4 Salas	6 Salas	8 Salas	Edifícios	Salas
Aveiro	246	124	27	14	7	418	742

Fonte: Diário do Governo, I Série, n.º 107, 8 de maio de 1961, p. 544.

Na década de 60, notou-se um interesse especial pela instrução primária e pela melhoria das condições dos edifícios escolares. Vejamos o que aconteceu nos concelhos que constituem o distrito de Aveiro, interessando-nos particularmente pelo concelho de Águeda (Anexo 2).

QUADRO 23. RESUMO GERAL DO NÚMERO DE EDIFÍCIOS E DE SALAS

Concelho	Edifícios escolares					Totais	
	1 Sala	2 Salas	4 Salas	6 Salas	8 Salas	Edifícios	Salas
Águeda	18	6	—	—	—	24	30

Fonte: Diário do Governo, I Série, n.º 107, 8 de Maio de 1961.

Constatamos também que é no norte do distrito que mais construções se realizaram. No concelho de Águeda continuamos com edifícios de 1 ou de 2 salas. De seguida particularizamos todo o concelho de Águeda, passando por todas as suas freguesias e respetivas localidades.

Como podemos constatar, a grande maioria dos edifícios são apenas de uma sala, e abarcam toda a população de uma determinada freguesia, o que nos faz pensar que as turmas seriam numerosas e com os quatro anos em simultâneo, bem como tendo os dois sexos juntos, em clara contradição com as disposições do regime.

QUADRO 24. RESUMO GERAL DO NÚMERO DE EDIFÍCIOS (E) E DE SALAS (S)

Freguesias	Núcleo: Lugares	E	S
Agadão	Lomba: Lomba; Caselho; Foz; Guistola; Povinha; Póvoa da Urgueira; Vale do Castanheirinho; Vila Mendo.	1	2
Aguada de Baixo	Aguada de Baixo: Aguada de Baixo; Aguadela; Azenha; Bicarenho; Borralha; Lendiosa; Passadouro; Póvoa do salgueiro; Videiro.	1	1
Aguada de Cima	Aguada de Cima: Aguada de Cima; Forenda; Pisão da Forcada; S. Martinho; Seixo; Forno; Vale Grande; Vale do Lobo.	1	1
Águeda	Bolfiar: Bolfiar; Alhandra; Chapado, Raivo; Redonda; Souralvo.	1	1
	Borralha: Borralha; Arrotas; Candam; Brejo; Sardão; Randam.	1	1
	Giesteira: Giesteira; Maçoida; Rio Covo	1	2
Barro	Barrô: Barrô; Carquejo	1	1
Belazaima do Chão	Belazaima do Chão: Belazaima do Chão; Alvarim; Belazaima-a-Velha; Cepos; Conça; Feridouro; Folgorosa; Póvoa de S. Domingos; Póvoa de vale de Trigo	1	1
Castanheira do Vouga	Castanheira do Vouga: Castanheira do Vouga; Igreja; Massadas; Falhada; Vale da Galega.	1	1
Espinhel	Espinhel: Espinhel; Morangal; Piedade; Vascos.	1	1
Paradela	Paradela: Paradela	1	1
Lamas do Vouga	Pedações: Pedações; Lamas do Vouga e Vouga	1	2
Macinhata do Vouga	Carvoeiro: Carvoeiro; Foz do Rio Mau.	1	1
	Macinhata do Vouga: Macinhata do Vouga; Barreiros; Beco; Carvalhal; Cavadas; Cova; Jafafe de Baixo; Macida; Póvoa; Begueira; Soutelo	1	1
Serém	Serém: Gândara; Lameiro; Mesa; Pontilhão; Costa; Vale do Moinho	1	1
Sernada	Sernada: Sernada; Jafafe de Cima	1	1
Préstimo	Á-dos-Ferreiros: Á-dos-Ferreiros; Á-dos-Ferreiros de Baixo; Arrota; Hortas; Cambra; Casal; Junqueiro; Poceira; Sernada; Souto; Varziela; Roçadas; Venda Nova	1	1
	Sernadinha: Sernadinha; Falgarinho; Vale do Lobo	1	1
	Ventoso: Ventoso; Chousinha; Seixo	1	1
Recardães	Recardães: Recardães; Crasto; Ferreirós; Fajacos; Póvoa Carvalha; Póvoa da Igreja; Póvoa das Ladeiras; Póvoa da Marta; Póvoa do Paço; Quinta dos Vergados	1	1
Trofa	S. Sebastião: S. Sebastião; Cheira; Covelas; Crastovães; Figueira; Mourisca do Vouga; Palhaça; Trofa	1	2
Valongo do Vouga	Arrancada do Vouga: Arrancada do Vouga; Agueira; Aldeia; Calvário; Carvalhosa; Jodinha; Paço; Póvoa; Sobreiro; Veiga	1	2
	Valongo do Vouga: Valongo do Vouga; Brunhido; carvalhal; Cavadas; cavadinhas; Fermentões; Lanheses; Lavegadas; Outeiro; Quintã; Ribeiro; Sabugal; Toural	1	1
		1	2
Total		24	30

Fonte: *Diário do Governo*, I Série, n.º 107, de 8 de maio de 1961.

Segundo o Decreto n.º 610, de 10 de dezembro de 1970, emanado pelo Ministério das Obras Públicas e pelo da Educação Nacional, é publicado o seguinte num único artigo, datado de 20 de novembro de 1970, por Marcello Caetano:

Rui Alves da Silva Sanches e José Veiga Simão “tendo em vista o disposto no n.º 1 da Base II da Lei n.º 2107, de 5 de abril de 1961, são introduzidas no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43 674 de 8 de maio de 1961, os ajustamentos constantes ao presente decreto, tornados necessários em consequência da evolução das condições que presidiram à elaboração daquele plano posteriormente à sua publicação”.

Apresentamos então o Quadro 25, designado de “ajustamentos no n.º de edifícios e salas previstas no plano de construções aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de maio de 1961”, no que diz respeito ao distrito de Aveiro, nomeadamente ao concelho de Águeda.

Atentemos nos valores do Quadro 25, que indicam o ajustamento de edifícios e salas previstas no plano de construções aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43 674, de 20 de janeiro de 1964.

QUADRO 25. AJUSTAMENTO DE EDIFÍCIOS E DE SALAS PREVISTAS NO PLANO DE CONSTRUÇÕES

Previstas no Plano					Plano Atualizado				
Concelho	Freguesia	Núcleo	Edifícios	Salas	Freguesia	Núcleo	Localidade	Edifícios	Salas
Águeda	Trofa	Mourisca ¹	1	3	Trofa	Mourisca	Mourisca	1	4
Aveiro	—	—	—	—	Oliveirinha	C. Valado	C. Valado	1	2

Fonte: AHME. ¹ Decreto-Lei n.º 45 535, de 20 de janeiro de 1964.

Em 1972, em Aveiro, bem como em toda a região Centro, apenas 38% das construções escolares foram executadas, ficando ainda 62% por executar, isto é, em Aveiro, havia 742 salas previstas, apenas 591 foram construídas efetivamente.

CONCLUSÃO

A mais recente historiografia sobre a educação durante a I República mostra, de uma forma surpreendente, que a importância que o republicanismo atribuiu ao ensino primário acabou por ser quase apenas retórica e ideológica. Ainda assim, foram os republicanos os primeiros a colocar a educação, em geral, e a problemática da alfabetização, em particular, no primeiro plano das preocupações políticas de um qualquer programa de governo. A extraordinária instabilidade política e social desse período não terá permitido lançar todos os projetos educativos de forma duradoura. Durante esses difíceis dezasseis anos, poucos projetos terão saído do papel. Por outro lado, ainda que o professor primário tenha sido concebido como um “clerc”, um missionário cívico, e o ensino das primeiras letras como um importante instrumento ao serviço do desenvolvimento e da “regeneração” de Portugal, a I República fez mais pela Universidade do que pela Escola Primária, mercê das concepções positivistas e cientistas da maioria dos corifeus republicanos. Como salientou António José Telo, “a mais ambiciosa obra reformadora da República dá-se no campo da educação, muito em especial, no ensino superior”.

Os mais recentes estudos sobre história da educação mostraram que o ensino primário do Estado Novo construiu-se, especialmente nas primeiras décadas, contra o ensino ideado pela I República. Ainda que estatisticamente, possamos afirmar que o Estado Novo alfabetizou mais do que a República, os números enganam. A mudança operada é absolutamente radical. A filosofia que fundamentava a política educativa do salazarismo era oposta à da I República. A uma escola pública de liberdade e de cidadania, o Estado Novo opôs uma escola assente nos valores da obediência, no quadro de uma sociedade rural, com uma economia subdesenvolvida, e de um Estado autoritário glorificado pelos setores mais conservadores do catolicismo lusitano. Mesmo já nos anos 60, Salazar continuava a fazer o elogio público da sociedade rural, uma sociedade sem oportunidades para quem estudasse, uma sociedade onde apenas era preciso saber ler, escrever e contar. Daí a simplificação a que foram sujeitos os currículos da I República e a redução do tempo de escolaridade obrigatória.

Mas não se pense que o salazarismo não se interessava pela Escola Primária. Bem pelo contrário. Precisava dela para catequizar, para moldar as almas das crianças. O próprio Salazar chamava à escola primária “a sagrada oficina das almas” (a universidade era a “fábrica espiritual portuguesa”) (Salazar, 1939: 328), ou seja, a escola primária é vista como um instrumento de formação ideológica, um “aparelho de doutrinação”, com forte componente moral. A política salazarista dá voz a todos os que se opunham à escola republicana. Em 17 de maio de 1927, o Governo da ditadura militar defendia que a educação deveria “ser ministrada da maneira mais lógica e prática e, portanto, mais eficiente” (Decreto-Lei, n.º 13 619). Por isso, o

Estado Novo liquidou as escolas móveis e especialmente a coeducação, como criou o livro único e sujeitou os professores a um conjunto de constrangimentos morais e políticos, e forneceu-lhes uma formação simplificada. Os postos escolares funcionavam em instalações adaptadas, sem qualquer tipo de requisito mínimo e, em vez de professores qualificados. O Ministério vai apenas exigir-lhes “idoneidade moral e intelectual”, isto é, conviência política e ideológica. Assim, era mais barato e eficaz alfabetizar. Como salienta António Nóvoa, as linhas da política de ensino e alfabetização do Estado Novo assentavam em quatro pilares: compartimentação social e sexual, pragmatismo no ajustamento à procura social, centralismo administrativo e desprofissionalização dos professores.

Não tendo podido contar com qualquer estudo sobre o ensino primário em Águeda, durante a I República, é-nos mais difícil perceber a forma de atuar do Estado Novo, neste concelho, nos primeiros anos, especialmente no tocante ao número de construções escolares e ao cuidado com essas mesmas escolas. Assim, os dados reunidos nesta dissertação resultaram do cruzamento possível entre as fragmentadas informações dos documentos do Arquivo do Ministério da Educação e da imprensa local. Noutras circunstâncias, para uma melhor compreensão dos processos de expansão da rede escolar de Águeda, teríamos procurado informações no Arquivo Municipal, nos arquivos de todas as vinte juntas de freguesia, como importava não ficarmos apenas pelos registos escritos, pois existe toda uma geração de pessoas que viveram essas décadas que urge ouvir.

A análise geodemográfica do concelho de Águeda permitiu-nos compreender as relações entre os discursos – nomeadamente da legislação e restantes documentos oficiais e da imprensa local – e as realidades concretas, bem como a forma como foram sendo construídas escolas aqui e erguidos postos escolares acolá.

Como mostrámos, Águeda tinha, no início dos anos 30, uma rede escolar débil, em conformidade com o que se passava no resto do país. Nos decénios seguintes, essa rede escolar vai crescer mormente nas freguesias próximas da sede do concelho, menos, pois, que nas do interior montanhoso, menos povoadas, mais rurais e sem vias rodoviárias que possibilitassem, a circulação de pessoas e bens. Esse fenómeno compreende-se por razões de ordem económica, que de resto estarão na base nas determinações da política educativa. Na verdade, a aposta na expansão da rede nacional estava orientada sobretudo para os centros com maior crescimento demográfico.

Importava assim saber de que modo foi possível construir as escolas do concelho de Águeda que não integrava a lista dos municípios mais populosos; Águeda registava um crescimento demográfico moderado, pelo que era expectável não haver investimentos de monta. Teria havido a nível local, algum notável com influência nos corredores do poder, em Lisboa? Das 45 escolas previstas no Plano dos Centenários, numa primeira fase, apenas foram construídas 21 escolas e 22 salas de aulas. Os restantes edifícios seriam erguidos numa segunda fase, nas décadas de 50-60, numa conjuntura bem diferente, marcada pela industrialização, em que o concelho de Águeda tem uma quota parte muito importante.

É evidente que estamos perante um parque escolar modesto. As escolas primárias construídas – que continuam a marcar a paisagem das freguesias mais distantes do centro do município e constituem um património que urge valorizar e preservar – estavam pouco apetrechadas em recursos materiais e humanos, mas cumpriram os desígnios do poder e as aspirações de crescentes setores da população, pois, com todas as limitações, a taxa de analfabetismo desceu, verificando-se um aumento do número de alunos que frequentavam o ensino primário. A par da construção de escolas novas, o Estado envolveu-se, também, na valorização, ampliação e reparação das existentes.

Foi fascinante ter realizado este estudo, pois esta problemática ainda provoca dissidências ideológicas, em boa medida porque continuam a faltar estudos como este. Por essa razão, pensamos que o tema e o debate continuam em aberto.

Não obstante as limitações deste estudo, decorrentes da sua natureza académica, queremos pensar que contribuímos, ainda que modestamente, para um melhor conhecimento da história da educação em Águeda, como gostaríamos que fosse o ponto de partida para outros estudos de natureza local e regional, de modo a que se possa construir, com tempo, o *puzzle* nacional da história do ensino primário durante o Estado Novo.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. ARQUIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Caixa n.º 1 a 6 – Construções escolares no concelho de Águeda de 1930 a 1966.

1.2. ARQUIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALONGO DO VOUGA

Actas, 1910-1917.

2. FONTES IMPRESSAS

Câmara Municipal de Águeda, *Carta Educativa*, 2008.

Livro da Primeira Classe (1933). Editora Figueirinhas.

Livro da Segunda Classe (1933). Editora Figueirinhas.

2.1. IMPRENSA DE ÁGUEDA

Soberania do Povo, 1926-1974.

Independência de Águeda, 1930-1931; 1940-1973.

Águeda, 1928-1937.

2.2. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Anuário Estatístico de Portugal, 1917-1939.

Censos, VII Recenseamento Geral da População, t. II, 1930.

Censos, VIII Recenseamento Geral da População, Distrito de Aveiro, t. II, 1940.

Censos, IX Recenseamento Geral da População, idade e instrução, t. II, 1950.

Censos, X Recenseamento Geral da População, instrução, t. III, 1960

Censos, XI Recenseamento Geral da População, estimativa a 20%, t. II, 1970.

3. BIBLIOGRAFIA GERAL

- AMIGUINHO, Abílio José (2004). *A escola e o futuro do mundo rural*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- ARAÚJO, Helena (1998). “A ‘batalha’ em torno da coeducação, 1919-1927. Leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970”, in Actas do I Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, vol III. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/15275>>.
- ARAÚJO, Helena (2000). *As pioneiras da educação: as professoras primárias na viragem do século contextos, percursos e experiências, 1870-1933*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- BENAVENTE, Ana (1990). *Escola, professores e processos de mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CANDEIAS, António (1998). “Contributos para a história da Educação na I República Portuguesa: A Educação Popular através do Jornal *A batalha*, 1919-1927”, in I Encontro da História da Educação em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CANDEIAS, António (dir. e coord.), Paz, Ana Luísa, e Rocha, Melânia (2007). *Alfabetização e escola em Portugal, nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*, 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Rómulo (1995). *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CORREIA, Luís Grosso (1998). “‘Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e prospera nação’. O sistema Educativo no Estado Novo”, *Ler História*, n.º 35, 1998, p. 71-107.
- CORTESÃO, Luíza (1888). *Escola, sociedade. Que relação?* 2.ª ed. Porto: Edições Afrontamento.
- DINIZ, Maria Augusta Seabra (1993). *As fadas não foram à escola*. Porto: Asa.
- FERNANDES, António Sousa (1999). “Os municípios portugueses e a educação: entre as representações do passado e os desafios do presente”. In João FORMOSINHO et al. (org.), *Comunidades Educativas: Novos Desafios à Educação Básica*. Braga: Livraria Minho.
- GUINOTE, Paulo (2006). “O lugar da(o)s Regentes Escolares na Política Educativa do Estado Novo: Uma proposta de releitura (anos 30-anos 50)”. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, n.º 1.
- MAGALHÃES, Calvet (2006). “Calvet Magalhães e o direito à educação”, in *Revista Lusófona de Educação*, 8, 167-181.
- MANSOS, Maria do Pilar (s. d.). *O jornal «A Campanha» como meio orientador do processo de alfabetização de adultos em Portugal (1953-1956)*. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0223.pdf>>.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1991). *Nova História de Portugal-Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, A.H. Oliveira (1998). *História de Portugal – das revoluções liberais aos nossos dias*. vol. III. Lisboa: Editorial Presença.
- MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno (1994). *História Económica de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- MEDINA, João (2000). *Salazar, Hitler e Franco*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MINEIRO, Adélia Carvalho (2007). *Valores e ensino no Estado Novo – análise dos livros únicos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- MÓNICA, Maria (1977). “‘Deve-se ensinar o povo a ler?’”. A questão do analfabetismo (1926-39). *Análise Social*, vol. XIII.
- MÓNICA, Maria (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença.

- MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e classes sociais*. Lisboa: Editorial Presença e Gabinete de Investigação Social.
- MÓNICA, Maria (1980). "Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX". *Análise Social*, vol. XVI.
- MÓNICA, Maria Filomena (1999). "Ensino Primário", in António Barreto e Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7. Lisboa: Figueirinhas.
- NAZARETH, J. Manuel (1979). *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- NÓVOA, António (1988). "A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades", *Revista Portuguesa de Educação*, vols. I-III.
- NÓVOA, António (1991). "O passado e o presente dos professores". In António Nóvoa (org.), *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.
- NÓVOA, António (1999). "Alfabetização", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores.
- NÓVOA, António (2005). *Evidentemente. Histórias da educação*. Lisboa: Asa.
- NÓVOA, António (1996). "Política educativa do Estado Novo", in António Barreto & Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Porto: Figueirinhas.
- Ó, Jorge Ramos do (2007). "Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal: um olhar sobre 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004". In J. Pintassilgo, L. A. Alves, L. G. Correia, & M. L. Felgueiras (Eds.), *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas*. Porto: Edições ASA.
- PIMENTA, Paulo Sérgio Pereira (2006). *A escola Portuguesa: do Plano dos Centenários à construção da rede escolar no Distrito de Vila Real*. Tese de Mestrado em Educação, Área de Especialização em História da Educação e Pedagogia. Universidade do Minho, disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6973?mode=full>>.
- PINTASSILGO, Joaquim (2009). *A República e a educação: do ideal às realizações*. repositorio.ul.pt,. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4018>
- PROENÇA, Maria Cândida (1998). "A República e a democratização do ensino". In *O sistema de ensino em Portugal (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- PROENÇA, Maria Cândida (2009). "A educação". In Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo (Coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China.
- PROENÇA, Maria Cândida (Coord.) (1998). *O Sistema de ensino em Portugal. Séculos XIX-XX*. Texto de Amado, Casimiro: A escola única em Portugal: do debate doutrinal nos anos 20 e 30 às realizações democráticas. Lisboa: Edições Colibri.
- RAMOS, Deniz (1989). *Águeda, anos 20. Da escola Primária Superior à Escola Comercial e Industrial*. Textos Históricos – 3. Câmara Municipal de Águeda.
- RAMOS, Rui (1989). "Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização contemporânea". *Análise Social*, vol. XXIV.
- REIS, António (1996). *Portugal Contemporâneo*, vol. II. Lisboa: Seleções do Rider's Digest.
- REIS, Jaime (1993). "O Analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação", in Jaime Reis, *O atraso económico português, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RODRIGUES, António (1994). *História de Portugal em datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando & Brito, J. M. Brandão (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PROENÇA, Maria Cândida (2009). "A educação", in Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China.

- SALAZAR, António de Oliveira (1939). *Discursos, 1928-1934*. I. Coimbra Editora.
- SAMPAIO, José Salvado (1975). *O ensino Primário, 1911-1969*, 3 vols. I. Lisboa: Instituto Calouste Gulbenkian de Ciências da Educação.
- SAMPAIO, José Salvado (1980). *Portugal. A educação em números*. Lisboa: Livros Horizontes.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H de Oliveira (1992). *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI. Lisboa: Editorial Presença.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H de Oliveira (1992). *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado Novo (1930 -1960)*, vol. XII. Lisboa: Editorial Presença.
- SOUSA, Jesus Maria (2000). *O professor como pessoa. A dimensão pessoal na formação de professores*. Porto: ASA.
- STOER, Stephen (1982). *Educação e desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TELO, António José (2010). *Primeira República. Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença.

ANEXOS

ANEXO 1.

MAPA DEFINITIVO DA CONSTRUÇÃO DO PLANO DOS CENTENÁRIOS, 1943

Concelhos	Salas	Edifícios							Totais
		1 Sala	2 Salas	3 Salas	4 Salas	5 Salas	6 Salas	8 Salas	
Águeda	22	12	5	-	-	-	-	-	17
Albergaria-a-Velha	20	8	4	-	1	-	-	-	13
Anadia	13	9	2	-	-	-	-	-	11
Arouca	38	26	6	-	-	-	-	-	32
Aveiro	33	7	11	-	1	-	-	-	19
Castelo de Paiva	17	9	4	-	-	-	-	-	13
Espinho	24	8	4	-	2	-	-	-	14
Estarreja	30	5	7	1	2	-	-	-	15
Feira	92	26	22	6	1	-	-	-	55
Ílhavo	28	6	4	2	2	-	-	-	14
Mealhada	15	11	2	-	-	-	-	-	13
Murtosa	10	2	4	-	-	-	-	-	6
Oliveira de Azeméis	38	12	8	2	1	-	-	-	23
Oliveira do Bairro	16	6	2	2	-	-	-	-	10
Ovar	30	10	10	-	-	-	-	-	20
São João da Madeira	12	---	2	-	2	-	-	-	4
Sever do Vouga	11	11	---	-	-	-	-	-	11
Vagos	23	9	7	-	-	-	-	-	16
Vale de Cambra	21	17	2	-	-	-	-	-	19
Totais	493	194	106	13	12	-	-	-	325

Fonte: Despacho do Conselho de Ministros de 15 de julho de 1941 – Plano dos Centenários

ANEXO 2.

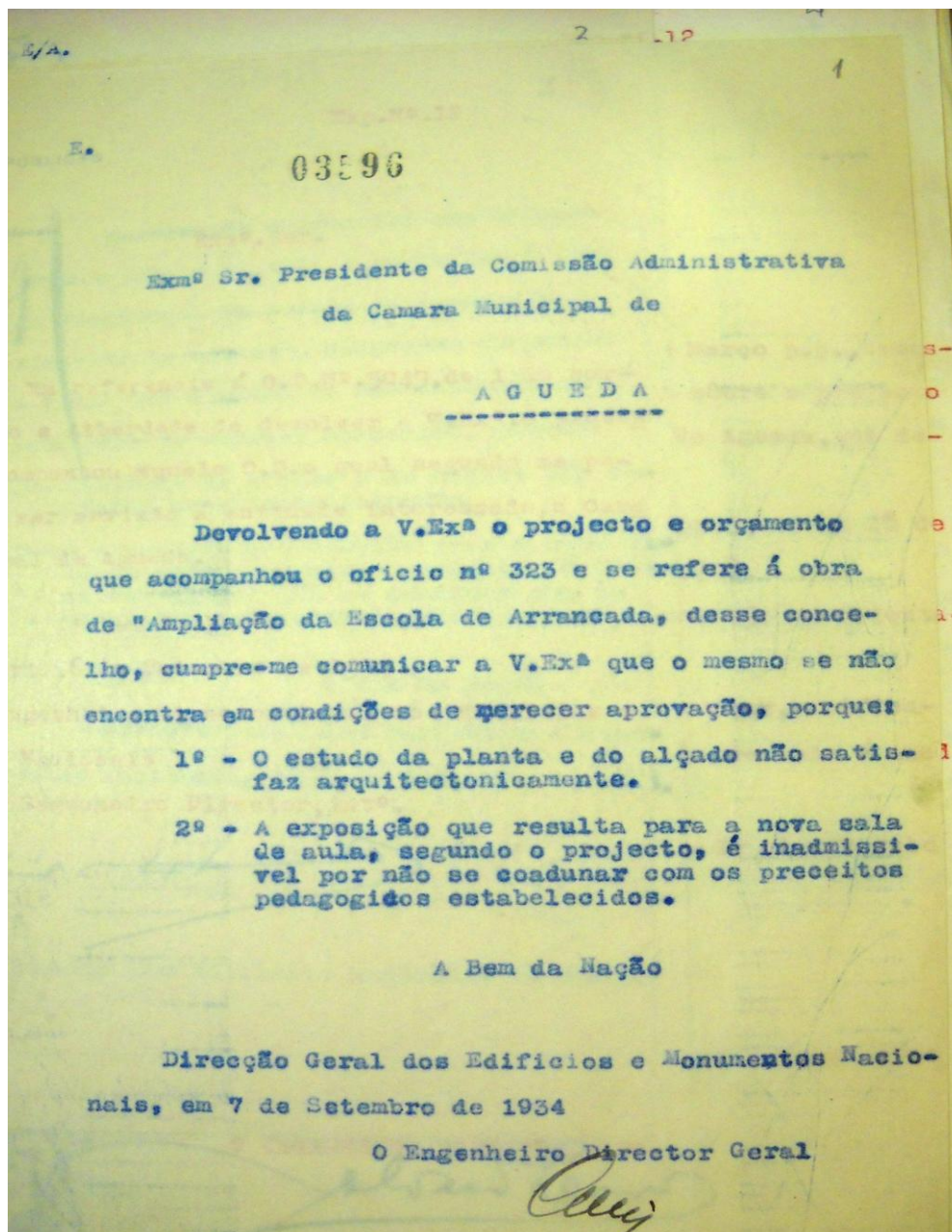
RESUMO GERAL, POR CONCELHOS DO DISTRITO DE AVEIRO: EDIFÍCIOS E SALAS

Concelhos	Edifícios escolares					Totais	
	1 Sala	2 Salas	4 Salas	6 Salas	8 Salas	Edifícios	Salas
Águeda	18	6	-	-	-	24	30
Albergaria-a-Velha	13	2	-	-	-	15	17
Anadia	19	7	-	-	-	26	33
Arouca	32	11	1	-	-	44	58
Aveiro	14	10	2	2	-	28	54
Castelo de Paiva	11	6	2	-	-	19	31
Espinho	5	4	2	1	-	12	27
Estarreja	7	3	1	-	1	12	25
Feira	24	24	9	2	-	59	120
Ílhavo	7	6	2	1	1	17	41
Mealhada	13	2	-	-	-	15	17
Murtosa	6	4	-	2	-	12	26
Oliveira de Azeméis	18	11	4	2	1	36	76
Oliveira do Bairro	8	4	-	-	-	12	16
Ovar	14	7	3	2	2	28	68
São João da Madeira	1	-	-	1	1	3	15
Sever do Vouga	11	5	-	-	-	16	21
Vagos	9	5	1	1	-	16	29
Vale de Cambra	16	7	-	-	1	24	38
Totais	246	124	27	14	7	418	742

Fonte: *Diário do Governo, I Série, n.º 107, de 8 de maio de 1961*

ANEXO 3.

CARTA À CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 4.

CARTA À CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

*anda
Aveiro*

Copia-Câmara Municipal de Agueda-Serviço da Republica-
no 91-Agueda 12 de Maio de 1931-Exmo. Snr?Ministro de Co-
mercio e Comunicações-a tendendo ás pessimas condições
das casas onde funcionam algumas escolas primarias do
Concelho, em nome e como representante da Câmara Municipi-
pal do Concelho de Agueda, a cuja Comissão Administrativa
preside, venho rogar a v. Ex^a, se digne enceder os necessa-
rios subsidios para a construção e reparação das escolas
abaixo designadas:

ESCOLA de AGUEDA de BAIXO-Construção de uma escola
com salas, oferecendo a JUNTA de Freguesia, terreno, madeiras
e o arretes:

ESCOLA de Ois da Ribeira-Construção de uma escola
com duas salas, oferecendo a Junta de Freguesia, terrenos,
madeiras e carretes:

ESCOLA de ADOSFERREIROS-Construção de uma ~~escola~~
~~escola~~ casa com uma sala, no lugar de Adosferreiros,
Freguesia de Prestinhe, oferecendo a Junta de Freguesia,
terreno, madeiras, pedras e carretes.

ESCOLA de FALGOSELHE-Construção de uma escola no
lugar de Falgoselhe, Freguesia da Castanheira, oferecendo
a Junta de Freguesia, pedra, cal e areia:

ESCOLA de SEGADÃES-Construção de uma escola com
uma sala, oferecendo a Junta de Freguesia, terreno e madei-
ras.

ESCOLA de AGUEDA -Reparação da primeira sala da esc
escola de sexo feminino de Agueda.

ESCOLA da FONTINHA-Reparação da sala da escola da
Fontinha, na Freguesia de Sagadães.

ESCOLA de FORMENTELOS-Reparação de tres salas na
escola de Fermentelos.

(a) Joaquim de Melo Pinto Leite

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 5.

PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE LAMAS DO VOUGA

Elabora-se proposta para a comissão
de 24. 11. 39
SERVICO DA REPUBLICA
Águeda, 6 de Dezembro de 1930 *20-7-39*
Exm. Jnr. Engenheiro Director Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais
Lisboa

A freguezia de Lamas do Vouga, deste concelho de Agueda, não possui edificio escolar proprio, funcionando, actualmente, num pequeno casebre, sem ar nem luz e sem capacidade para comportar o grande numero de creanças que se encontram matriculadas.

Urge, portanto, cuidar imediatamente da construção de uma escola, com um salão para cada sexo. Como esta Comissão Administrativa não tem actualmente recursos para, por si, proceder a tal construção, tanto mais que nos ultimos anos dispendeu quantias avultadas com a aquisição de mobiliario e material, construção de escolas em Casal d'Alvaro, Recardães e presentemente anda procedendo á construção de mais um salão na escola feminina desta vila, vem respeitosamente e com o maior empenho solicitar da V.ª Ex.ª um subsidio para a construção da referida escola, oferecendo a Junta de Freguezia de Lamas do Vouga terreno, madeira e todos os transportes gratuitos.

Com os protestos da mais alta consideração, desejo a V.ª Ex.ª

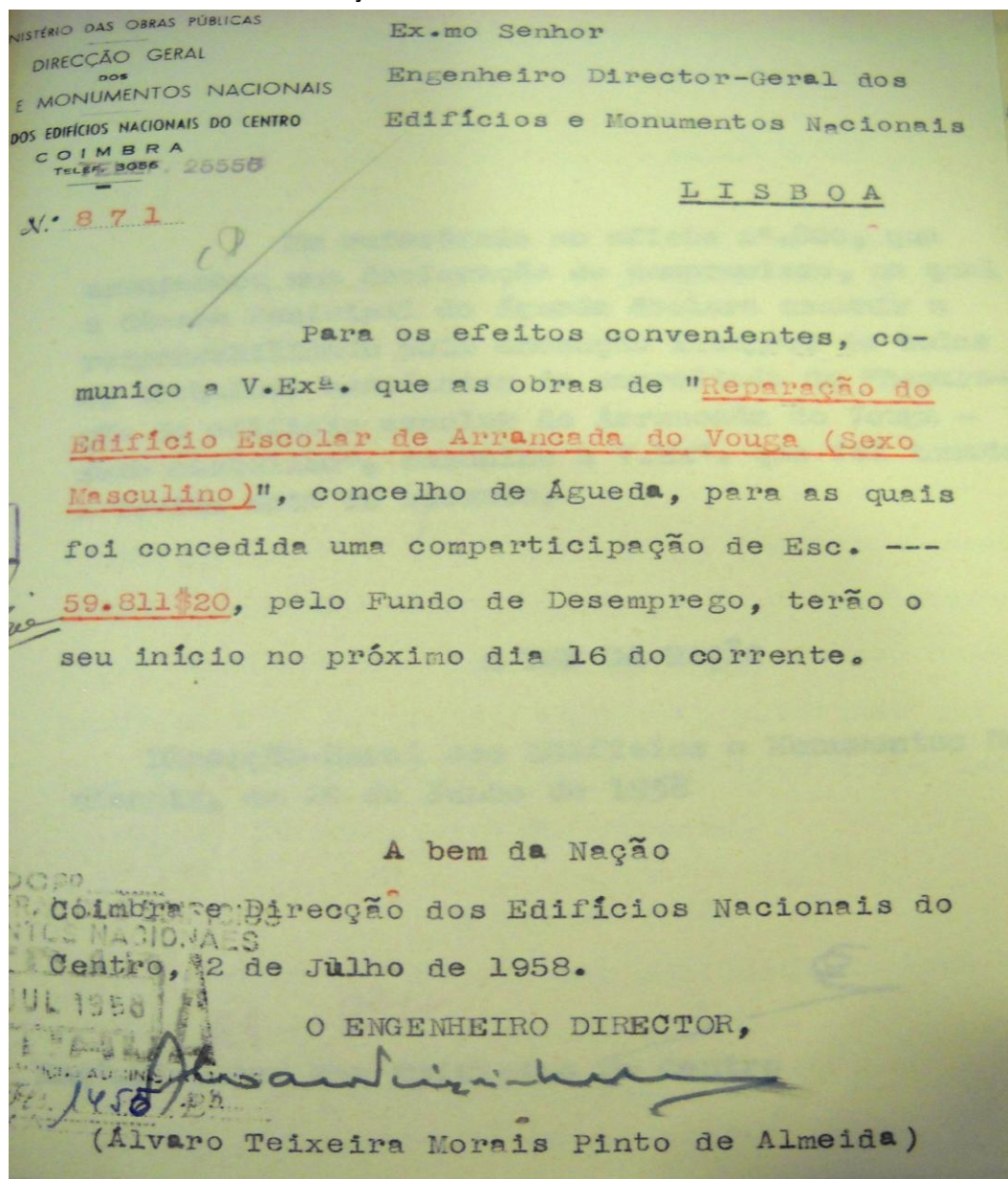
Saude e Fraternidade

O Presidente da Comissão Administrativa,
Joaquim de Melo Pinto Leitão
(a) Joaquim de Melo Pinto Leitão

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 6.

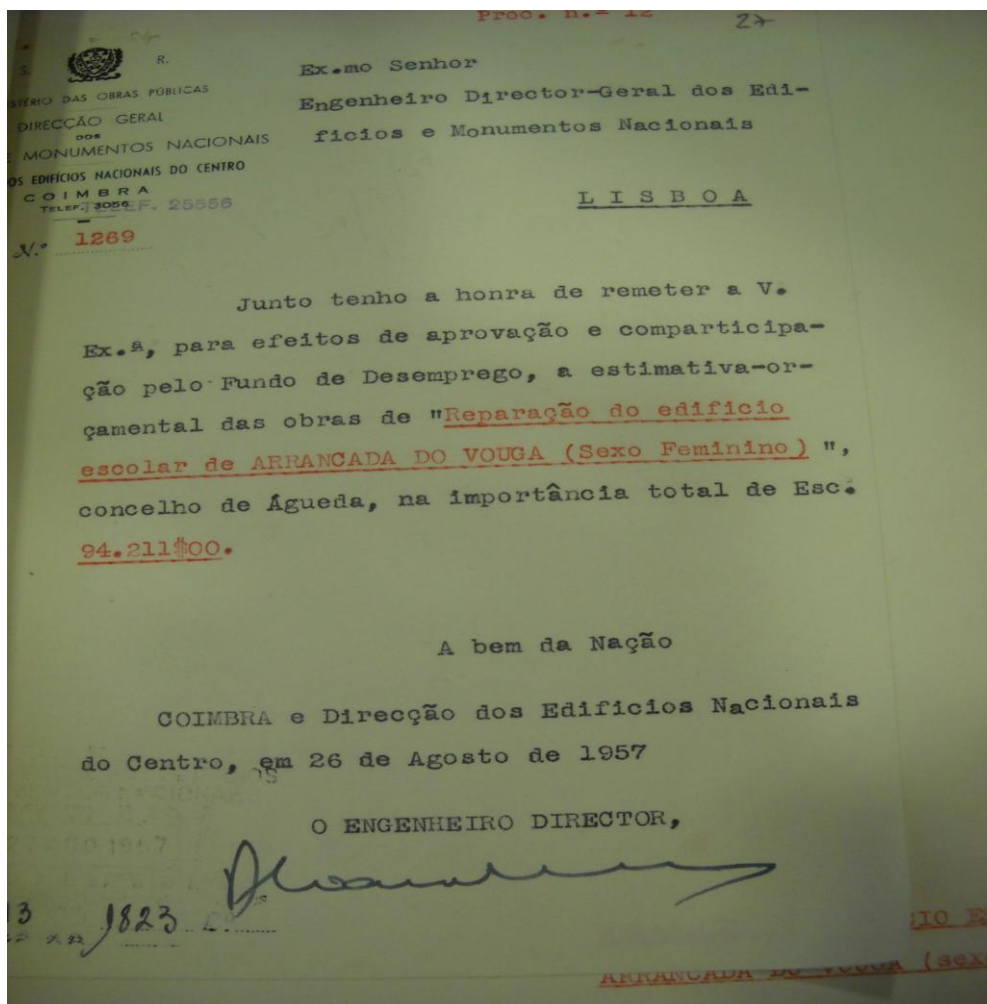
PEDIDO DE REPARAÇÃO DA ESCOLA MASCULINA DE ARRANCADA DO VOUGA



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 7.

PEDIDO DE REPARAÇÃO DA ESCOLA MASCULINA DE ARRANCADA DO VOUGA



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 8.

PEDIDO DE REPARAÇÃO DA ESCOLA FEMININA DE ARRANCADA DO VOUGA

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias
Telefones : 4 68 87 e 4 67 47

*Informação
Pulgo de autorização e realização
de despesa proposta.
1/8/61
José Francisco de Almeida*

Exm^a. Senhor
Engenheiro Director-Geral dos
Edifícios e Monumentos Nacionais
L I S B O A

Sua referência: 5 140
Sua comunicação de: 15-5-61
Ofício N.º: 6356
CE-R-02/01
Lisboa-L.R. António Enes, 9-2º
24 Jul.1961

ASSUNTO: "Aproveitamento de edifícios escolares construídos
à margem do Plano"
Cap^a.13^a., art^o.121^a., n^o.1-b)

Para a obra de "Reparação do edifício escolar de Fermentas, concelho de Águeda", orçamentada em 74.390\$00, foi concedida à Câmara Municipal uma comparticipação pelo Fundo do Desemprego, escalonada pela seguinte forma:

ano de 1960	11.902\$40
ano de 1961	17.853\$60
	<hr/>
	29.756\$00

O escalão da comparticipação fixado para o corrente ano, anulado, e V.Ex^a., pela ordem de serviço acima citada, dignou-se determinar que o assunto tivesse seguimento por esta Delegação de acordo com a nova orientação fixada pela Lei N^o.2 107.

A Direcção dos Edifícios Nacionais do Centro informa

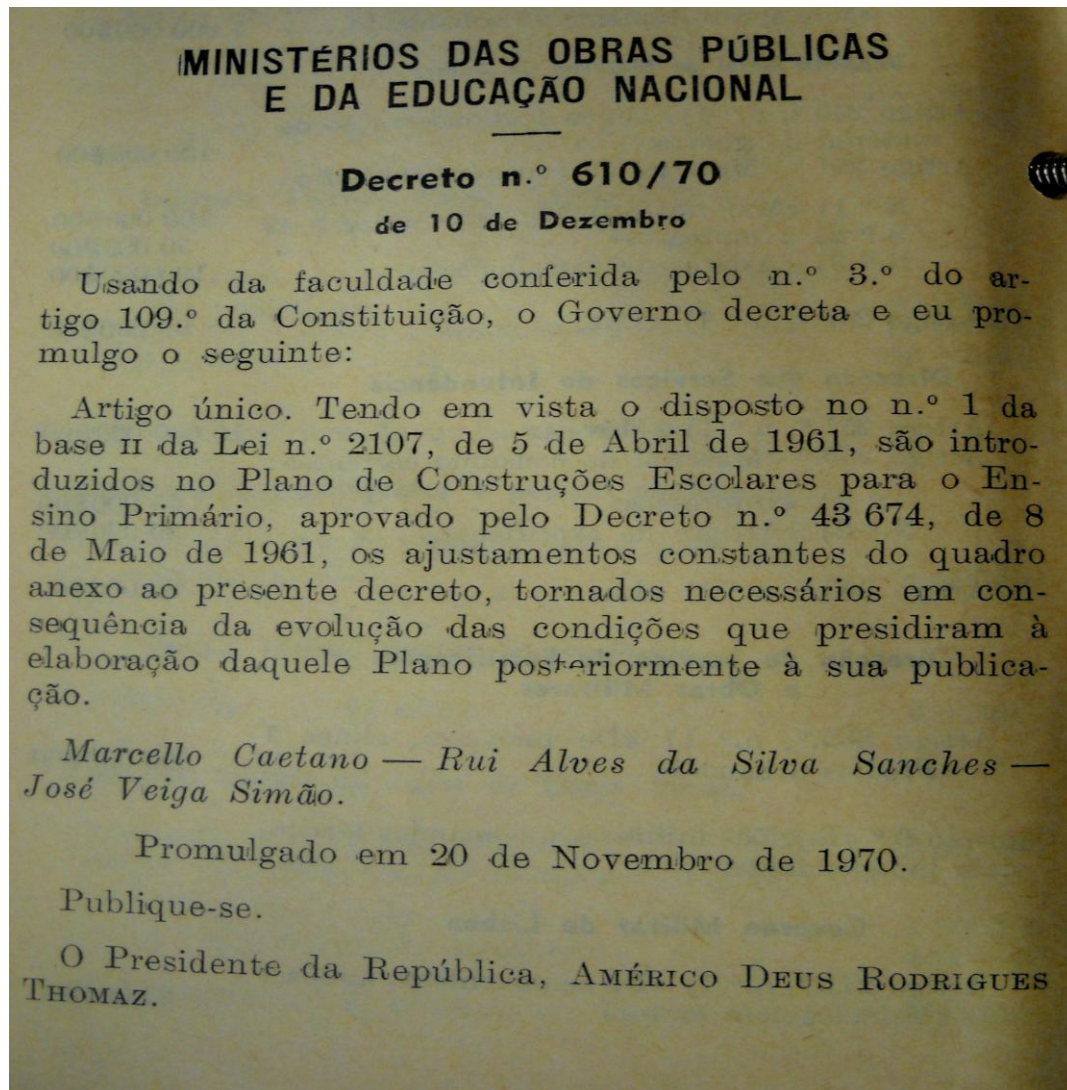
- a obra está sendo executada pela Câmara Municipal no regime de administração directa
- prazo de execução: até ao fim do corrente ano
- em 19 deste mês processou o escalão fixado para o ano de 1960

Pelo exposto, e com vista a liquidação à Câmara Municipal

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 9.


DECRETO-LEI N.º 610, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 10.

AUTO DE ENTREGA DUM EDIFÍCIO ESCOLAR

S.  R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias

AUTO DE ENTREGA DO EDIFÍCIO ESCOLAR de
Uma Salas para os dois sexos - - - - -
do núcleo escolar de PRÉSTIMO - - - - -
----- Freguesia de Préstimo - - - - -
-----k, Concelho de Águeda - - - - -
-----, Distrito de Aveiro - - - - -

Aos sete - - - dias do mês de Novembro --- do ano de mil novecentos e ~~SESEN-~~
A E UM - - - - -, compareceram no edifício escolar acima mencionado, o Engenheiro Chefe,
a Secção de Centro - - - - da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias,
José de Oliveira Lopes Velho - - e o Exm.^a Senhor Engenheiro Gil
Pires Martins - - - - -

outorgando respectivamente em representação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos
nacionais e pela Câmara Municipal do concelho de Águeda - - - - a fim de fazer-se
entrega do referido edifício escolar àquele Corpo Administrativo.

Pelo primeiro outorgante foi dito que em conformidade com o expresso na portaria de um
- - - - - de Fevereiro de mil novecentos e sessenta e um - - - - publicada no
diário do Governo número cento e dois - - - - -
segunda série, de vinte e nove de Abril - - -, de mil novecentos e sessenta e um
- - - - entrega ao segundo outorgante o edifício escolar de uma salas para os dois
sexos - - - - de Préstimo - - - - freguesia de Préstimo
- - - - - concelho de Águeda - - - - -, com
do o mobiliário que dele faz parte integrante.


Pelo segundo outorgante foi declarado que na qualidade mencionada, toma posse do mesmo
edifício, nos termos referidos.

E para constar se lavrou o presente Auto que vai ser assinado pelos referidos outorgantes.

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO 11

AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE PREPARAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR

S.  R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

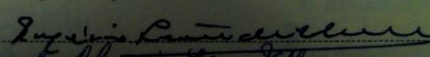
Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias

PROVADO
18/7/62
Eng. D. Gomes

AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR de duas salas tipo Indefinito do núcleo de Pedações freguesia de Lamas do Vouga concelho de Águeda pertencente à empreitada de "Reparação do edifício escolar de 2 salas, de tipo indefinido, do núcleo de Pedações, freguesia de Lamas do Vouga, concelho de Águeda, distrito de Aveiro - empreitada nº. 11-Av/69-G", adjudicada a Josquim da Silva Pessoa, por despacho de S.Ex.^a o Subsecretário de Estado, de doz de Fevereiro de 1969, proposta de dotação nº. 139 na importância de sessenta e sete mil e cinquenta escudos = 67 050\$00--

Aos treze dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e sessenta e nove tendo comparecido no local da obra acima mencionada o Engenheiro Delegado, Rogério Leão de Almeida; o Eng.^o Chefe da Obra, Francisco Fernando Moutinho dos Santos; o Eng.^o Chefe da Secção, José de Oliveira Lopes Velho, e o Eng.^o Chefe da Obra, Francisco Fernando Moutinho dos Santos constituindo a comissão nomeada por despacho de Sua Excelência, o Ministro das Obras Públicas de dois de Janeiro de mil novecentos e sessenta e nove, procederam na presença do adjudicatário ao exame de todos os trabalhos e, tendo verificado que se encontravam de harmonia com as condições estipuladas, deliberaram considerá-las em condições de ser aceites provisoriamente.

E nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto que vai ser assinado pelos funcionários que constituem a Comissão e pelo adjudicatário.



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

